



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA  
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 039-DL, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024 (PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BALEIA FRANCA), REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2025, ÀS 19H, NO SALÃO PAROQUIAL DE CAMPO BOM, MUNICÍPIO DE JAGUARUNA**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Henrique Burigo)** – Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite.

Sejam todos muito bem-vindos à audiência pública realizada pela Comissão Mista da APA da Baleia Franca da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a iniciativa do Deputado Estadual Volnei Weber, Presidente da Comissão.

Esta audiência pública tem como objetivo principal promover um diálogo aberto e democrático entre a população e os órgãos competentes visando à revisão do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. A ideia, no dia de hoje, é ouvir as demandas da comunidade, discutir os impactos da APA e buscar soluções que equilibrem a preservação ambiental e os direitos dos moradores da região. Por isso queremos agradecer a presença de todos e todas: moradores, líderes comunitários, representantes dos órgãos ambientais, Deputados Estaduais e Federais, Secretários de Estado e demais convidados. A participação de todos é fundamental para o sucesso deste diálogo.

Inicialmente convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão Mista da APA da Baleia Franca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Volnei Weber; o excelentíssimo senhor Relator da Comissão Mista da APA da Baleia Franca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual José Milton Scheffer; o excelentíssimo senhor membro da Comissão Mista da APA da Baleia Franca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Marquito; a excelentíssima senhora Deputada Federal por Santa Catarina, Geovania de Sá; o excelentíssimo senhor Prefeito de Jaguaruna, Laerte Silva dos Santos; o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna, Vereador Mário Goulart Ferreira (conhecido como Mauro); o excelentíssimo senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde de Santa Catarina, Emerson Stein; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina, Tiago Bolan Frigo; e o senhor gerente Regional Sul do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Walter Steenbock. (*Palmas.*)

Registramos e agradecemos a presença nesta audiência pública do excelentíssimo senhor Prefeito de Treze de Maio, Jailson Bardini (Prefeito Neném); do excelentíssimo senhor Vice-Prefeito de Jaguaruna, Henrique Fontana Boaventura; do excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Gravatal, Vereador Djalma Comeli; do senhor Vereador de Jaguaruna, Jaci Borges Cardoso; do senhor Vereador de Jaguaruna, Laudir Vargas; do senhor Vereador de Jaguaruna, César Damiani; do senhor Vereador de Jaguaruna, Gilmar Rosa (Maninho); do senhor Vereador de Treze de Maio, Micael Marcon Raldi; do senhor Vereador de Lauro Müller, Rodrigo Dias; do senhor Vereador de Morro da Fumaça, Doquinha; do senhor Vereador de Tubarão, Gelson José Bento; do senhor Vereador de Garopaba, Rodrigo Prux de Oliveira; do senhor Vereador de Treze de Maio, Nivaldo Magagnin; do senhor Vereador de Treze de Maio, Jairo Marcon; do Secretário Municipal de Pesca e Agricultura de Laguna, Abdon de Oliveira Vieira; do senhor chefe da Área de Proteção Ambiental da



Baleia Franca (ICMBio), Stéphano Diniz Ridolfi; da senhora presidente da Associação de Amigos e Moradores do Balneário Torneiro, Luana Gabriela Madeira Panatto; do senhor presidente da Associação Catarinense dos Engenheiros Agrimensores, Zenilton José Corrêa; do senhor presidente do Sindicato Rural de Jaguaruna e membro conselheiro da APA da Baleia Franca, Rui Geraldino Fernandes; do senhor presidente da Associação Amor-Pra-Jagua de Balneário Arroio Corrente, Richardson Ramos de Souza; do senhor presidente do Comitê da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, Woimer José Back; do senhor presidente da Associação de Moradores de Campo Bom, Lauro Vilela; do senhor presidente da Associação de Moradores do Balneário Esplanada, Everton Luiz Cancillier; da senhora presidente do Clube das Mães do Balneário Esplanada, Lucimar Jeremias; do senhor presidente do Lions Clube Balneário Rincão, Gentil Dory da Luz; do senhor presidente da Associação Dunas do Sul, Reinaldo Luiz da Silva; da senhora diretora regional do Crea/SC, Daniela Milanez Zarbato; do senhor assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete do Deputado Federal Pedro Uczai, Jacson Goulart Pereira; do senhor assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete do Deputado Estadual Pepê Collaço, Eraldo Pereira da Silva; do senhor assessor parlamentar, neste ato representando o gabinete do Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera, Gilberto Del Pozzo; do senhor coordenador regional do CDER/Crea/SC, Marino Nazareno Lopes Sumariva; e do senhor presidente da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi), de Laguna, Eliseu da Silva.

Para darmos início aos trabalhos desta noite, convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Volnei Weber, Presidente da Comissão Mista da APA da Baleia Franca, para proceder à abertura oficial da audiência pública e presidir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Boa noite a todos que aqui se encontram. Deixo o meu muito-obrigado ao nosso mestre de cerimônias, aos que estão presentes e aos que nos acompanham pelo YouTube da Assembleia Legislativa.

Dando seguimento a nossa audiência, convido a todos que desejarem fazer uso da palavra para se inscreverem com os assessores da Comissão, senhor Alessandro Coelho e senhora Caroline Batistoti. Peço a eles que acenem para que as pessoas possam visualizá-los, a minha esquerda está a Caroline e a minha direita está o Alessandro.

Informo que cada manifestação terá um tempo de três minutos, que será controlado pela assessoria da Casa.

Neste momento, quero pedir a Deus que nos abençoe e que possamos fazer uma audiência pública de forma respeitosa e pacífica, respeitando o entendimento e a visão de cada membro que se encontra neste salão comunitário, no dia de hoje. Por meio das manifestações, iremos fazer os encaminhamentos para que possamos ter um documento da Assembleia Legislativa, que é a maior Casa Legislativa do nosso Estado e onde os Deputados representam o nosso povo catarinense.

Que possamos, por meio dos depoimentos, do clamor da sociedade e da fala de cada um, construir o documento oficial, que é a ata, que é o registro das imagens, porque a sessão é televisionada, com a assinatura de todos. Está passando a lista de presença para que cada um possa deixar o registro da sua presença para podermos, por meio desta audiência pública, fazer o encaminhamento desse documento oficial aos órgãos competentes e também aos Deputados Federais, ao Congresso Nacional e aos Senadores, para sensibilizá-los da grande dor que aqui nós enfrentamos e sentimos.

Quero, neste momento, parabenizar cada um que se deslocou até este espaço. Vamos, então, dar início a este grande momento.

Convidamos a fazer parte da mesa o Deputado Federal Daniel Freitas. (*Palmas.*)

Aos integrantes da mesa, vamos abrir a oportunidade de fala, e eu peço que usem no máximo de cinco minutos para fazermos uma reunião objetiva e produtiva.



Vou falar um pouquinho do que nos motivou a ter esta audiência pública.

*(Passa a ler.)*

“A criação da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca teve uma motivação legítima: preservar uma espécie ameaçada e garantir a proteção dos ecossistemas costeiros. No entanto, o tempo passou, as cidades cresceram e muitas famílias lutaram para conquistar seu espaço – muitas vezes com esforço próprio ao longo de décadas. Hoje, essas mesmas pessoas se vêem penalizadas por um desenho da APA que não reconhece a realidade social, econômica e urbana consolidada da região.

São moradores que compraram seus terrenos com sacrifício, construíram suas casas dentro da legalidade vigente à época e que hoje enfrentam insegurança ou até proibições de uso do solo, mesmo estando em áreas já urbanizadas e distantes da faixa costeira, onde de fato ocorrem os avistamentos da Baleia Franca.”

Em 1998, 1999 começa uma conversa de proteção, mas isso, quero deixar registrado, era na área marítima. Posteriormente, em 2000, 2001 instala-se a APA, Área de Preservação Ambiental, e aí vêm os dentes que entram na área terrestre.

Em 2018, o Plano de Manejo é consolidado e, automaticamente, com essa regulamentação, as pessoas começam a perceber o grande desconforto que iria se abater sobre a nossa região. E em 2021 e 2022, quando inicia, efetivamente, uma fiscalização, as pessoas percebem realmente a grande injustiça causada em todo o nosso litoral sul catarinense – Rincão, Jaguaruna, Laguna e Imbituba. Depois minimiza os impactos, quando nós vamos para Garopaba, Paulo Lopes, Palhoça e Florianópolis, a linha vermelha, a linha imaginária da APA acaba realmente costeando a orla. E aqui, não, aqui entrou na área terrestre.

O que nós queremos é motivar, por meio dos depoimentos, a busca por um ponto de equilíbrio. Por isso peço, mais uma vez, que tenhamos respeito e, de forma pacífica, possamos ter aqui uma boa reunião, um bom diálogo e possamos buscar – esse é o nosso interesse – o ponto de equilíbrio, fazendo com que, talvez, possamos levar a APA da Baleia Franca para a linha da orla, deixando a área terrestre para explorarmos o terreno, essa área onde existem vidas, existe o ser humano com as suas histórias e os seus direitos. Por meio de fiscalização, de licenciamento ambiental e assim por diante, que possamos instalar as nossas atividades e as nossas residências, enfim, explorar essa área de maneira responsável, protegendo o meio ambiente, mas também garantindo que a baleia, lá na área marítima, possa ter a sua vida, protegendo essa espécie, que é tão importante para todos nós, e lá ela vive de verdade, na área marítima ela tem o seu berço, tem um lugar para ter os seus filhotes e também para amamentá-los. Então, esse é o grande objetivo.

Sendo assim, eu quero de antemão agradecer e cumprimentar: o excelentíssimo senhor Relator da Comissão Mista da APA da Baleia Franca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual José Milton Scheffer; o excelentíssimo senhor membro da Comissão Mista da APA da Baleia Franca da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos José de Abreu, Marquito; a excelentíssima senhora Deputada Federal Geovania de Sá, a qual já quero parabenizar pelo fato de estar diante da nossa região, sendo uma representante federal, brigando e lutando para evoluirmos na questão da Reurb, a Regularização Fundiária, para fazer com que as pessoas tenham o direito à sua propriedade, que tenham garantias para que possam reformar, construir e, ali, instalar as suas atividades, os seus negócios e a sua própria família.

Aliás, a Deputada Geovania de Sá já protocolou um projeto, na semana passada, na linha de fazer com que possamos, por meio da lei, buscar a linha da APA da Baleia Franca simplesmente na área marítima e não na terrestre. E para termos sucesso quanto a isso, essa reunião é muito importante, o depoimento da população, saber o que realmente vocês pensam, querem e merecem. O documento (ata da audiência pública) será importante para o convencimento dos Deputados Federais, que



não conhecem Santa Catarina muito bem e, principalmente, não conhecem muito bem o nosso litoral sul catarinense. Isso também ajudará a nossa bancada de Deputados Federais, porque muitos deles não conhecem a nossa realidade aqui no sul do Estado, na nossa região litorânea. Quero parabenizá-la, Deputada Geovania de Sá, por esse gesto que a senhora fez, por esse projeto que a senhora está implantando, neste momento, no Congresso Nacional. Todos juntos somos mais fortes, e eu acredito que os depoimentos que sairão daqui serão muito importantes para evoluirmos.

Quero cumprimentar e saudar o excelentíssimo senhor Prefeito de Jaguaruna, Laerte Silva dos Santos; o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna, Vereador Mário Goulart Ferreira, conhecido como Mauro; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina, Tiago Bolan Frigo; o senhor gerente Regional Sul do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Walter Steenbock (*palmas*); e o excelentíssimo senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde de Santa Catarina, Emerson Stein.

Quero registrar a presença e saudar todas as lideranças: Vereadores, Prefeitos e ex-Prefeitos. E, aqui, quero registrar a presença do ex-Prefeito Claudemir Souza dos Santos, do Município de Jaguaruna. Muito obrigado pela presença de todos, são sempre muito bem-vindos.

Dando sequência, passo a palavra à Deputada Federal Geovania de Sá, tendo em vista que ela terá que se ausentar em função de um compromisso em Criciúma, na Acic, daqui a pouco, mas como ela considera esta reunião também muito importante, passou por aqui para deixar a sua manifestação. [*Transcrição: Cátia Schaffer / Leitura: Marivânia Pizzi*]

**A SRA. DEPUTADA FEDERAL GEOVANIA DE SÁ (SC)** – Boa noite. É um privilégio estar aqui mais uma vez, já estive em outra audiência pública.

Eu peço licença à mesa de autoridades, porque preparei uma rápida apresentação para situar aqueles parlamentares e autoridades que ainda não acompanharam nenhum momento dessa discussão, que iniciou em 2023.

Quero ser rápida, porque o objetivo da audiência é ouvir a população e os encaminhamentos que aqui serão dados. É muito importante unir as forças e ouvir a população.

Eu quero iniciar cumprimentando e parabenizando o proponente desta audiência pública, *in loco*, o meu amigo e Deputado Estadual Volnei Weber, e o Deputado José Milton, meu amigo, que é o Relator e tem uma grande responsabilidade de fazer os encaminhamentos desta audiência pública, que servirão como base para o nosso trabalho no Congresso Nacional, diante de algumas medidas que tomamos – inclusive, tenho mais uma novidade de mais um protocolo que fiz nesta tarde.

Cumprimento também o nosso Prefeito Laerte, de Jaguaruna, junto com toda a sua equipe, que vem participando de quase todas as reuniões desde 2023, seja no ICMBio, com o nosso presidente, seja na AGU ou aqui na ponta, nas audiências públicas e na última reunião que tivemos no Ministério Público Federal; o nosso Presidente da Câmara, Vereador Mauro, por representar todos os Vereadores; o Walter, porque o ICMBio é fundamental nessa discussão, e eles têm participado ativamente para encontrar as medidas necessárias; e o meu amigo Daniel Freitas – viemos juntos ontem no vôo –, que disse: eu vou estar lá. Ele é mais um que se soma nesta luta, nesta pauta. Então, muito obrigada, nós vamos juntos, quero que você esteja em todas as reuniões conosco.

Cumprimento também os Secretários de Estado, que deixaram os seus afazeres e as suas agendas, que sei que são muito grandes; o meu amigo Emerson, Secretário e Deputado, nós estivemos em uma reunião na Pesca também; e o Tiago, nós já participamos de várias audiências juntos, e é muito importante o Secretário da Pesca estar aqui presente.



Eu quero fazer rapidamente uma reflexão: o que é mais digno para uma família? Em primeiro lugar, saúde. Todos nós precisamos ter saúde para trabalhar e para viver. Segundo lugar, alimentação. Mas há algo que é digno: o teto, a moradia para as famílias. E todas, independentemente da classe social, construíram suas casas com muito trabalho e com muito suor, não foi?

O que nós queremos aqui é buscar um meio... Eu sempre venho falando, Deputado Volnei, Secretários, Deputado Federal e meu amigo Daniel, que nós não queremos esquecer o meio ambiente e defender só as pessoas. Não! Nós queremos um equilíbrio. Quando se fala em desenvolvimento sustentável – meu querido amigo, Deputado Marquito, obrigada por estar aqui –, nós queremos respeito e equilíbrio com a natureza.

A baleia é bem-vinda aqui? Lógico que é! Mas também não podemos fazer uma defesa exacerbada. Quando falamos em desenvolvimento sustentável, ele tem que andar em paralelo, cuidando do meio ambiente, mas nunca esquecendo as pessoas que estão na terra. Eu sempre digo, a baleia está no mar e as pessoas na terra.

Agora, se precisamos fazer regularização fundiária e saneamento básico, entra quem? As Prefeituras. Por que falamos na APA? Porque as APPs, que são Áreas de Preservação Permanente, estão dentro da APA aqui na nossa região. E o Walter, o Stéphano e todos do ICMBio sabem que precisa de anuência. Ninguém aqui está dizendo que não precisa buscar a Reurb.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Eu quero, rapidamente, mostrar para vocês. Aqui está a linha. Ela começa onde? Em Florianópolis e vai até o norte de Balneário Rincão, ou seja, até Imbituba a linha vem junto à orla. Mais abaixo, chegando à Praia da Ferrugem e à Praia do Rosa, ela começa a fazer o quê? O que o Deputado Volnei falou: os dentes na área terrestre. Eu até me coloquei à disposição do ICMBio, porque quero entender como foi desenhada a linha da APA. Não estou dizendo que não teve estudos técnicos, mas eu quero entender, Deputado Marquito, por que essa linha?

Quando chega a Laguna... Olhem ali, gente, olhem Laguna! Estou falando da invasão na área terrestre. Ali é cheio de gente morando em áreas consolidadas. Olhem quando chega a Jaguaruna! Agora, se há uma razão de existir isso, tranquilo. E quando isso começou? Em 14 de setembro de 2000. E o Plano de Manejo? Em 2018. Pessoal, tudo certo, mas o que não pode é: por que em Florianópolis, na Pinheira, foi na orla e por que aqui veio para a área terrestre? É só isso que nós queremos entender. Eu quero uma explicação.

Outra coisa: lá teve audiência pública e aqui? Teve a participação da sociedade, da representatividade? Porque todos nós que estamos aqui somos a voz do povo, fomos eleitos tanto para a Câmara, quanto para a Assembleia, para representar a população. Eu estou aqui – ICMBio, Walter, Stéphano – sendo a voz dessas pessoas.

Sabe por que comecei isso, Daniel? Porque eu estava em uma reunião – aqui é a Câmara de Vereadores de Jaguaruna –, no dia 22 de junho de 2023 eu estava em uma reunião com o presidente do ICMBio, onde falávamos sobre a Resex. Olhem só, a implantação de uma reserva extrativista. Tiago, eu acho que você participou de algumas audiências do ICMBio, lembra? Nós fizemos mais reuniões no ICMBio e, naquele momento, descobrimos, junto com a diretora de Regularização, doutora Natália, que não pôde estar aqui, que tínhamos uma situação já implantada: a área da Baleia Franca. E eu disse, mas o que é isso? Então, comecei a ler o decreto, ler o Plano de Manejo, mas eu não estava conseguindo entender. Foi quando comecei a buscar [mais informações] e nós começamos a participar de reuniões.

Um dia eu cheguei à Casa Civil e disse ao Olavo, Secretário Nacional, que tinha algo muito grave acontecendo. relatei a ele e mostrei aquele mapa (*aponta para a imagem*). Ele ficou supersensível e disse: Deputada, mas como isso? Eu respondi: não sei, só sei que preciso chegar ao Ministro Jorge Messias. E mandei alguns *e-mails*, Daniel, pedindo... Sabem como é difícil, a agenda do Ministro é corrida, mas ele me



recebeu e eu mostrei para ele a linha e ele disse: Geovania, explica essa linha. Eu respondi que não sabia explicar e o que nós queríamos era simplesmente entender, compreender e buscar uma medida para preservar a moradia das famílias que ali residiam, antes mesmo de 2000, em áreas totalmente consolidadas.

Os Prefeitos estão com as mãos atadas, não conseguem fazer a regularização fundiária. A Lei 13.465, da Reurb, dá condições, sim, de fazer a regularização fundiária. As famílias mais vulneráveis podem buscar recursos, as famílias com poder aquisitivo melhor podem fazer um investimento. Agora, isso precisa sair do papel.

Então, foram feitas reuniões, e não foram poucas, e nesse momento nos convidaram para fazer reuniões aqui e conseguimos reunir 3.500 pessoas: Dunas do Sul; Passagem da Barra; Ponta da Barra, em Laguna – veio toda aquela região –; Balneário Torneiro; e Balneário Esplanada. Tudo neste verão. Eu só fui explicar, domingo dez da manhã, calor para caramba, e o povo estava lá.

Nós também entregamos, após as reuniões, um abaixo-assinado, Deputado Marquito, com mais de dez mil assinaturas em apenas quinze dias. Eu coloquei um *link* na minha bio e as pessoas começaram a assinar. Eu entreguei ao Ministro Jorge Messias e ele chamou a Procuradora-Geral da República e disse: vá até o Ministério Público Federal – foi quando o ICMBio estava presente na discussão – e, numa terça-feira pela manhã, fizemos aquela reunião, eles fizeram uma vistoria técnica – está ali o ICMBio. Essa reunião foi histórica, porque uniu a AGU com a Procuradora-Geral da República, reuniu o ICMBio, a diretora, o Prefeito e o Ministério Público Federal. E aí o Volnei disse: na semana passada eu entrei com um projeto de lei. É meu papel? Passe no Legislativo. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura: Reinaldo T. Ouriques*]

Eu construí o Projeto de Lei 849/2025, que já está no *site* da Câmara, podem consultar. Claro que ele aguarda o despacho do Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Mota, mas já falei com ele esta semana para reduzir a área da APA da Baleia Franca, colocando a linha toda na orla. Não é o certo, gente? É o certo! (*Palmas.*)

E eu quero pedir a vocês, que com muita competência representam o nosso Governador Jorginho Mello, o Emerson e todos aqui, todos nós, que peçam ao Governador que também entre nessa luta conosco. Eu sei que ele vai entrar, ele é sensível à causa.

Eu protocolei agora – às quatro da tarde saiu do forno –, o Legislativo me deu o.k., Deputado Marquito, e eu entrei com o Projeto de Decreto de Lei 130/2025, com o objetivo de sustar o decreto de 2000, que criou a área da Baleia Franca. Por que sustar? Porque ele já fez o seu papel. (*Palmas.*)

Gente, a baleia só morre hoje se tem uma doença, se está velhinha. Todo mundo morre, não é? Nós, seres humanos, e os animais, chega uma data que morremos. Ninguém mais vai ao mar pegar baleia para matar, para extrair o óleo. Não existe mais isso, gente. Isso é crime, é crime ambiental. Todos aqui querem preservar a baleia? Sim. Mas todos querem ter a segurança da sua casa. Essa, sim, é a dignidade do ser humano.

Eu entrei na Comissão do Meio Ambiente pela primeira vez, Deputado Marquito e Emerson, nunca fiz parte, e, junto com todos aqui, que eu irei convidar, é claro, na semana que vem eu quero pautar um requerimento de audiência pública no Congresso Nacional, para que todo o Brasil saiba e todos se engajem na defesa desses dois projetos de lei, para que nós realmente encerremos essa história e as famílias realmente tenham a sua dignidade assegurada.

Eu vou correr para o meu outro compromisso, mas desejo sucesso e que Deus nos abençoe. Nós entramos nessa luta e vamos até o final.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado, Deputada Geovania de Sá.

Com a palavra o senhor gerente Regional Sul do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Walter Steenbock.



**O SR. WALTER STEENBOCK** – Muito obrigado, Deputado.

Quero saudar o Deputado e os demais componentes da mesa, e saudar especialmente o povo que está aqui.

Ressalto a importância deste momento para que nós possamos conversar dentro do espaço democrático, dentro da necessidade de participação, de inclusão social e do bom debate. E que bom que a Alesc, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, está promovendo este momento.

Eu vou falar aqui rapidamente e depois passar a palavra ao Stéphanou, que é o chefe da APA e vai fazer uma apresentação, mas eu queria apontar algumas questões que acho que ajudarão a nortear o nosso debate.

Em primeiro lugar, a APA da Baleia Franca é uma área de proteção ambiental criada no ano 2000, como muito bem trouxe a Deputada. Na época era o governo Fernando Henrique, mas é uma política do Estado brasileiro e conta hoje com 25 anos, quem mora aqui sabe disso, e ela vem atuando desde então, buscando o desenvolvimento sustentável a partir de ações de educação ambiental, de pesquisa, de articulação social e de apoio a políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Ela é uma categoria de uso sustentável. Dentro do SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, existem diferentes categorias de Unidade de Conservação: Parque Nacional, Floresta Nacional, Reserva Biológica, e existem as APAs. Em APA, pessoal, pode todo tipo de construção, pode todo tipo de atividade econômica, já em outras categorias como Parque Nacional, Reserva Biológica, não. Quem conhece a Reserva Biológica do Arvoredo, por exemplo, sabe que lá tem limitações para pescar. A Estação Ecológica de Carijós, em Florianópolis, que é um grande manguezal, tem restrições para construção, tem restrições para atividades econômicas. As APAs, não. E o Brasil conta com diferentes APAs, sendo uma delas a APA da Baleia Franca.

A APA da Baleia Franca, respondendo também a uma pergunta da Deputada: por que ela vem pelo mar e depois abre para dentro? O objetivo dela, apesar do nome constar Baleia Franca, e, sim, um dos objetivos principais é a conservação da própria baleia, do seu berçário, mas ela também tem no seu objeto de criação, a conservação das lagoas, das dunas, das Áreas de Preservação Permanente, que são muito presentes nessa região. Então, é por isso que ela também avança para a área terrestre. E por que não avança tanto na parte norte? Porque no momento da criação, em 2000, e até hoje é assim, a parte norte é um entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com uma série de outras medidas de conservação, já pensadas por ser esse entorno. Então, há na parte norte o entorno do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e a parte sul abrange também essa parte terrestre. Na concepção, lá no ano 2000 – não fomos nós, não foi o ICMBio que criou, na época era o Ibama o responsável pela gestão das Unidades de Conservação –, o projeto de criação contou com essa base.

E vejam que desde 2000 a APA vem atuando e os dois grandes instrumentos de gestão de uma APA, ou de qualquer Unidade de Conservação, é o seu Conselho Gestor e o Plano de Manejo. Isso está definido em lei também, na Lei do Sistema Nacional de Unidade de Conservação.

Desde os primórdios, desde o início da existência da APA, começou-se a articular o Conselho. Muitos que estão aqui presentes fazem parte do Conselho da APA, o Conapa. O Conselho tem uma representação paritária entre a sociedade civil e as instituições governamentais e é renovado periodicamente, tem um sistema democrático de eleição, e tem reuniões periódicas para debater vários temas, e tem reuniões abertas. Então, é um espaço para esse tipo de debate acontecer, e ele acontece frequentemente. Estão todos convidados para estarem presentes nessas reuniões.

E o outro instrumento é o Plano de Manejo, que é o documento técnico que orienta, em qualquer Unidade de Conservação, quais são as zonas e quais são as normas para cada zona dessas. E o Plano de Manejo não inventa legislação federal. O



Plano de Manejo diz o seguinte: nessa área, que é uma APP, existem mais restrições, porque é uma Área de Preservação Permanente que tem dentro e fora da APA, se não tivesse APA teria APP igual, e nas beiras dos rios, nas dunas, nessas áreas há uma restrição maior. Nas áreas já mais consolidadas, a restrição é menor, nas áreas onde não há APP, a restrição é praticamente nula. Então, as APAs são uma forma de ajudar a organizar a própria existência das leis federais, estaduais e municipais nessa organização.

O Plano de Manejo foi iniciado em 2014, quando começaram a fazer os debates e os mapeamentos. O Stéphano vai mostrar para nós a sequência das dezenas de reuniões que aconteceram com diferentes setores. Nós temos atas, relatórios de reuniões com Prefeituras, com o setor pesqueiro, com agricultores, com a universidade, e essas reuniões foram intercaladas com estudos técnicos e científicos sobre porque estávamos propondo o plano e o zoneamento dessa forma. Nós vamos mostrar isso para vocês aqui na apresentação do Stéphano.

O que eu estou querendo trazer, pessoal, não é, de forma alguma, uma limitação para o debate, chegar aqui dizendo que já tem isso tudo e que não é uma questão para nós discutirmos. Pelo contrário, nós temos que estar muito abertos a todo o debate possível em relação ao zoneamento, às possibilidades de ocupação e às restrições. O pacto social é o fundamento principal da existência do próprio Conselho da APA. É com isso, é com a lógica do pacto social que nós vimos trabalhando.

Eu vou passar rapidamente para o Stéphano, que vai trazer, em alguns slides muito rápidos, especialmente essa sequência de elaboração do Plano de Manejo, que começou em 2014 e terminou em 2018. O nosso Plano de Manejo está vigente desde 2018, a partir dessa construção coletiva.

Passo a palavra ao Stéphano.

**O SR. STÉPHANO DINIZ RIDOLFI** – Boa noite, senhoras e senhores.

Eu sou o chefe da APA da Baleia Franca e vou passar para vocês um pouquinho do que é o Plano de Manejo e como ele foi feito. Pretendo não demorar muito, está rolando um aquecimento global aqui dentro, não é? (*Ri.*) Está um calorão, então vamos seguir logo, vamos lá.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Em primeiro lugar, a APA é uma Unidade de Conservação, e uma Unidade de Conservação nada mais é do que um espaço territorial e seus recursos ambientais. Não é, por exemplo, como no Projeto Tamar, onde queremos proteger a tartaruga. Nós não queremos proteger a baleia e pronto. Nós queremos proteger um território e foi definido, antes dos anos 2000, que este território seria o que contivesse essas fragilidades ambientais, e por meio dessas fragilidades ambientais chegou-se nesse desenho de APA. É claro que a baleia é importante.

Existem várias Unidades de Conservação no Brasil, no Sul tem 41 unidades, e APAs tem 37 no Brasil. E o que é a APA? APA é uma área extensa que tem alguma coisa para ser protegida. Ela tem o objetivo de proteger a biodiversidade e admite a ocupação humana.

E tem outra coisa que vi muitas pessoas com dúvidas – e as dúvidas são pertinentes, está até passando aqui [imagens com] várias perguntas e respostas tirando essas dúvidas –, que é se tem Município que pega 30% da APA. Gente, a APA não é um instrumento marinho, a APA não é marinha. Tem Municípios que outras APAs pegam 100% no Brasil. A APA Planalto Central, por exemplo, tem vários Municípios.

O nosso problema, eu quero chegar à nossa questão, aqui: as propriedades privadas são permitidas em APA. Nós temos cinco APAs no Sul do Brasil, mas tem muito mais no restante do país, e de todas as APAs, em tamanho a APA da Baleia Franca é a 18ª maior. Então, tem dezessete APAs maiores do que a APA da Baleia Franca. [*Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

E a APA da Baleia Franca, como já foi falado, foi criada em 2000, possui mais de 154 mil hectares, pegando 9 Municípios – vocês conhecem bem – e 78% da área é



marítima. No desenho da APA, o Walter já destacou bem, aqui era o Parque do Tabuleiro no ano 2000, por isso a APA não pegava, não tinha essa proteção de Unidade de Conservação, e por isso ela entrou.

Como falamos, não tem problema nenhum nisso, em princípio, pelo fato de ser APA, se fosse um parque nacional teria que desapropriar todo mundo, sim, mas não é. É uma APA, então, em princípio, não tem problema pegar a área terrestre.

Conforme já foi falado, tudo começou no fato do Código Florestal de 1965 dizer que dunas e restinga é APP. Nós vamos chegar lá, calma! O decreto de criação da APA fala que nós temos que proteger a baleia, mas ele também fala que temos que garantir o uso racional dos recursos naturais, ordenar a ocupação e utilização do solo e água e ordenar o uso turístico recreativo. Isso está nos objetivos, no decreto que criou a APA, porque já se percebia essa fragilidade ambiental e precisava ser conservada em todos os seus aspectos e não um único animal.

Falamos muito aqui que tem que proteger as baleias. Sim, mas nós temos que proteger o ser humano também. Ninguém aqui quer, por exemplo, que o mar invada as casas de um bairro, que uma casa seja tomada por areia. E é para isso que existem as leis ambientais. Então, a ideia da APA é regular, regularizar o que puder e tomar todas as medidas para ordenar. A ideia de APA não é proibir, simplesmente.

Já foi falado que o Plano de Manejo é o documento que tem as normas da APA e os programas de gestão. E o Plano de Manejo definiu nove zoneamentos para nove situações que temos na APA, desde as mais frágeis até as menos frágeis ecologicamente, e quanto mais frágeis, mais restritivo é. Por exemplo, os mangues estão em zona de conservação e, realmente, você não vai poder fazer muita coisa, porque é um ambiente frágil, tanto ecologicamente quanto geologicamente também. Não dá para construir casa em mangue, vai dar errado porque são áreas alagadas.

Aqui passa por todas essas zonas (*aponta para a imagem*) até o ambiente menos frágil que é o urbanizado. Essas duas zonas aqui são marinhas, basicamente, e temos ali a Zona de Uso Divergente, que eu vou falar depois. Aqui dá para ver que o verdinho é Zona de Uso Restrito, onde tem as APPs, e os amarelinhos são Zona de Uso Divergente. Nós estamos em uma Zona de Uso Divergente. E o que é esse Uso Divergente? Quando o Plano de Manejo estava sendo criado teve justamente essa preocupação: tem ocupação humana lá dentro, o que vamos fazer? Nós não podemos expulsar essas pessoas. Então, está no Plano de Manejo que nós não podemos chegar expulsando e foi criada uma zona temporária para definir o que fazer: se vamos realocar ou não, se vamos regularizar ou não. São possibilidades.

A Reurb, aqui nesses amarelinhos, teoricamente, pelo Plano de Manejo, permite essa regularização, a depender de outros fatores, que não o Plano de Manejo. Então, quem está em Zona de Uso Divergente, o Plano de Manejo permite continuar até que se encontre a solução, seja a regularização – isso vai depender de estudos técnicos –, seja a realocação, nesse caso, tem que realocar com segurança se for área de risco e, como nós falamos, pode estar em área de risco.

Como foi feito esse Plano de Manejo? Começou em 2014 e terminou em 2018, foram 24 reuniões de planejamento. Lembrando que, segundo a lei, a participação social na elaboração de um Plano de Manejo é apenas do Conselho. No entanto, a equipe da APA foi além, realizou diversas oficinas e reuniões do GT, foram criados mapas e promovidas oficinas de planejamento participativo, além de seminários. Nós convidamos universidades, centros de pesquisa, ONGs e pesquisadores para a parte técnica. As Câmaras Municipais de todos os Municípios que possuem área terrestre na APA participaram, assim como os Prefeitos e os Secretários da época. Também houve reuniões com a Fatma, que hoje se chama IMA, além da mobilização com os pescadores. No total, foram 706 participantes em plenárias específicas e oficinas setoriais, abrangendo todos os setores envolvidos, como mineração, empresários, turismo...



Em 2018, o Plano de Manejo da APA da Baleia Franca foi publicado. Todos foram convidados e muitos participaram. Além das oficinas realizadas para ouvir as pessoas, foram elaborados documentos com vinte artigos científicos, todos embasados na literatura e na ciência, para chegarmos ao Plano de Manejo que temos hoje, que é recente.

Sabemos que a preocupação das pessoas, ouvindo todos aqui, é: tenho a minha casa ali, o que vai acontecer? Nós sabemos que é isso, pelo menos é o que está sendo dito.

O que eu posso falar para vocês agora, para dar sequência à discussão, já que a reunião trata da revisão de Plano de Manejo, o que posso garantir é que o problema não é o Plano de Manejo.

Muito obrigado. *(Palmas e vaias da plenária.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito bem. Convido para fazer parte da mesa o Vice-Presidente da Comissão Mista da APA da Baleia Franca, Deputado Rodrigo Minotto. *(Palmas.)*

Em tempo, também registro a presença do senhor Lucas Cadorin, representando a Associação Empresarial de Laguna, e da senhora Silvana de Vasconcelos, Vereadora do Município de Morro da Fumaça.

Com a palavra o Deputado Estadual Marcos José de Abreu, Marquito.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Boa noite a todos. Eu componho a Comissão Mista e sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, chamada Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Sou engenheiro agrônomo de formação e trabalhei dez anos como extensionista. E queria muito, muito mesmo, ter tempo aqui para falar sobre algo muito importante neste momento que estamos vivendo e que tem nos preocupado e afetado as nossas vidas. Os nossos vizinhos do Rio Grande do Sul têm sofrido muito com as enchentes e com o calor. Gostaria de falar um pouco sobre este momento, mas não vou ocupar este tempo para isso.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Eu quero focar no que já discuti e apresentei no Conselho da APA da Baleia Franca e no que estou trabalhando, em conjunto com os meus colegas Deputados, na Assembleia Legislativa, que é a regularização fundiária, porque sei que essa é a dor de grande parte das pessoas que estão aqui e sei o quanto podemos sair desse entrave.

Eu fui Vereador lá em Florianópolis por dois mandatos e presidi a Comissão Parlamentar Especial da Reurb, e nós conseguimos regularizar o instrumento e também estruturar a Prefeitura Municipal de Florianópolis para conseguir dar prosseguimento aos processos de regularização fundiária. E o que eu vou falar é muito importante, porque prevê a possibilidade e o direito de todos e todas que estão aqui, com os seus núcleos urbanos consolidados, solicitarem o seu direito àquela propriedade e a garantia de que vão ter o habite-se para fazer uso da propriedade para as suas finalidades *(palmas)*.

Então, quero dizer, primeiro, que a Constituição Federal garante que a regularização fundiária é um instrumento a ser executado pelo Município. Certo? Isso é muito importante entender, eu vinha conversando aqui com o Vereador, Presidente da Câmara, é importante entender que nós podemos fazer isso da forma adequada, mas precisamos dar uns passos à frente. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal conforme as diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes. O Município é o ente federado responsável por garantir isso e que instrumentos ele tem? Primeiro, o Plano diretor. Certo? O Plano Diretor é um instrumento urbanístico para dizer que atividades podem acontecer dentro daquele território. Antes do Plano de Manejo, tem-se o Plano Diretor. Nós temos o Plano de Manejo e temos a lei federal, que garante a lei ambiental, o Código Ambiental ou o



Código Florestal, e temos ainda a Lei da Mata Atlântica. Certo? Estando dentro da APA ou não, o Município terá que se estruturar para garantir isso.

Uma modalidade de regularização fundiária é a Reurb. E qual é a outra modalidade de regularização fundiária? Quem nunca fez usucapião aqui? Quem nunca tentou ou fez? É também um instrumento de regularização fundiária. O usucapião, seja cartorial, seja jurídico, também é um instrumento... [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Vera Regina Zacca / Leitura Final: Marivânia Pizzi*]

O Tribunal de Justiça vem fazendo um programa chamado Lar Legal para regularizar a titularidade e não necessariamente fazer regularização fundiária. Aquilo não é regularização fundiária, é a garantia da titularidade daquela terra.

A Lei Federal nº 13.465, da Reurb, de 2017 – eu queria que vocês entendessem muito bem essa lei –, consegue garantir, porque é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação dos seus ocupantes. Os núcleos urbanos informais são aqueles núcleos clandestinos, irregulares ou nos quais não é possível realizar a titulação dos seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época da sua implementação ou regularização.

Portanto, o decreto que criou a APA foi em 2000 e muitos loteamentos foram criados antes de 2000, mas, mesmo assim, ainda não tinham a sua área regularizada dentro do Plano Diretor do Município, não estavam adequadas dentro das regras e assim por diante. Apesar disso, essas áreas que estavam lá no ano de 2000, têm direito, sim, a garantir a sua regularização fundiária diante do que está colocado na lei federal de 2017.

Quero dizer que a Lei da Reurb dispõe sobre a relação fundiária rural e urbana. E compete aos Municípios, nos quais estejam situados os núcleos urbanos informais a serem regularizados, classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb; processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária e emitir a Certidão de Regularização Fundiária (CRF). Esse é o grande instrumento. Agora o Município precisa ter essa capacidade, e essa é a dificuldade sobre a qual eu quero ao final propor uma questão aqui.

A Lei da Reurb, no artigo 31, diz: “Instaurada a Reurb, o Município deverá proceder as buscas necessárias para determinar a titulação do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.” Então tem que buscar a cadeia dominial do imóvel, vocês sabem do que eu estou falando; buscar aquele núcleo que foi consolidado com as suas características, e depois fazer a análise a partir das leis federais e da própria lei municipal que tiver. A partir disso o Município tem um diagnóstico e pode dizer se aquele núcleo urbano consolidado vai ser regularizado e se for, ele precisa criar alguma compensação ambiental, social ou urbanística. Às vezes precisa aumentar um pouco a rua, às vezes precisa criar uma área verde de lazer, uma área institucional, que não tinha naquele núcleo urbano quando se consolidou.

A maior parte das medidas previstas pela Reurb ocorre no nível administrativo, normalmente no órgão do Poder Municipal responsável pela regularização fundiária urbana. Por isso, é o Município o principal agente da Reurb, uma vez que também compete a este o planejamento e a gestão da ocupação urbana. Então é necessário que o Município tenha essa estrutura.

Eu quero colocar – e no final vou chegar com essa proposta – que precisamos dar suporte, apoio, para aqueles Municípios que necessitam ter a sua estrutura para garantir o fluxo da regularização fundiária, dentro da APA e fora da APA.

Eu vou passar rapidamente alguns *slides*, porque são as necessidades, o ponto a ponto dos Municípios, para chegar ao ponto que vocês mais têm interesse: a regularização fundiária é prevista dentro do Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. Eu li o texto do Plano de Manejo e encontrei uma série de questões muito interessantes: “definir parâmetros da Unidade de Conservação, estimular/atuar junto aos Municípios



para promoção da regularização fundiária.” Isso é o que está atualmente no Plano de Manejo da APA da Baleia Franca.

Temos aqui (*mostra a imagem*) algumas ações que a regularização fundiária, as Reurbs que abrangem área de unidade de conservação de uso sustentável seguirão as mesmas regras de confecção de trabalhos técnicos para espaços ambientalmente sensíveis relevantes. A única diferença é que, no caso da unidade de conservação, também será exigida a anuência do órgão gestor da unidade. Então o órgão gestor, nesse caso aqui, que é uma unidade de conservação federal, é o ICMBio, por ser uma APA é o ICMBio.

Quero dizer para vocês que quem dá o processo final... o Município, ele tem que fazer o processo de regularização fundiária daquele núcleo urbanístico, ele tem que fazer as análises ambiental, social e urbanística, e, depois que isso tudo passar pelo Município, ele apresenta à APA da Baleia Franca ou ao órgão gestor, que é o ICMBio, que vai dar a anuência, vai dizer se está correto o que está previsto pelo Município, que é a compensação urbanística, a compensação ambiental, ou se tem que fazer mais uma rua, tem que tirar uma rua, tem que fazer uma área, tem que fazer saneamento básico naquela área, ou tem que cuidar porque uma duna pode ocupar aquela área. Tudo isso é o Município que vai fazer a análise e vai passar para o órgão gestor que é o ICMBio, que vai dar anuência, se está de acordo ou não. De repente, tem que arrumar isso daqui, tem que melhorar essa parte, tem que fazer aquela outra parte. E isso não quer dizer que o ICMBio é o responsável, ou vai ser quem vai dar o título e que vai dar aquela nota de que está regularizado aquele núcleo urbano consolidado e isso é muito importante.

Eu fiz uma consulta oficial ao ICMBio e perguntei quantos pedidos de Reurb o ICMBio recebeu da APA da Baleia Franca oficialmente? Foram dois pedidos, um de um particular e outro de uma Prefeitura. Então eu acho que a gente tem que dar esse passo à frente.

Quero dizer que me comprometi com duas ações: a primeira eu destinei uma emenda – do Orçamento, da Lei Orçamentária Anual, do mandato – à Unesc, de Criciúma, para auxiliar no processo de construção dos pareceres e também dos estudos, para dar suporte para os Municípios e para o ICMBio com os pedidos da Reurb.

Aprovamos também um requerimento na Comissão de Assuntos Municipais para que a Assembleia, junto com os Municípios, encontre caminhos para dar um suporte. Muitas vezes o Município não tem ainda estrutura para fazer Reurb, seja dentro da APA ou seja fora da APA, e precisamos de quê? Precisamos de estrutura. O Prefeito vai precisar de um técnico da área urbanística, vai precisar de um técnico da área ambiental, vai precisar de um técnico da área social, vai precisar de pessoas para fazer análise naqueles territórios, fazer o projeto técnico e conseguir dar resposta, só que isso custa dinheiro. Os Municípios são pequenos, têm pouca arrecadação, não conseguem colocar mais cinco servidores para fazer isso, precisam de um suporte. E nós destinamos [recursos] num trabalho na Comissão de Assuntos Municipais, para conseguirmos, enquanto Deputados, prever emendas e estruturas para que esses Municípios realizem os processos de regularização fundiária.

Gente, esse passo vai ser dado, tendo APA na parte terrestre ou não tendo APA na parte terrestre, o processo para regularizar os terrenos, as casas, de vocês é o mesmo. A única etapa a mais, dentro da APA, é a anuência do ICMBio. Então esse processo vai ter que acontecer e, é uma exigência, está acontecendo isso no litoral, em quase todo o Estado. Em Florianópolis não é diferente, não é atingido pela APA, mas olha a dificuldade que se encontra para avançar dentro do processo da Reurb.

Então, eu me coloco à disposição junto à Comissão de Meio Ambiente, para auxiliar nesse processo, que é a grande dor de cada um, que é o de garantir a regularização fundiária dos terrenos, das casas, das propriedades que cada um e cada



uma têm aqui, sem correr o risco de entramos em barca furada, e no sentido de que é sim possível fazer isso.

Teremos que ter uma unidade, uma união de forças. Também me coloco à disposição junto com os colegas da Comissão Parlamentar Especial para avançarmos aos nove Municípios que precisam de um suporte técnico para implementar a regularização fundiária, a Lei da Reurb federal.

Muito obrigado e desculpem-me por me estender no horário. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Quero aproveitar para registrar a presença do Vereador de Laguna, Vítor Elíbio Oliveira.

Dando continuidade, passo a palavra agora para o Deputado José Milton Scheffer, que é o Relator da Comissão Mista da APA da Baleia Franca.

**O SR. RELATOR (Deputado Estadual José Milton Scheffer)** – Gente, uma boa-noite a todos e a todas.

A comunidade está de parabéns pela presença aqui. Só a presença de vocês já nos traz muita esperança e energia para lutar. Na última reunião que eu participei, há oito anos aqui, talvez um pouco mais, como Deputado, para construir uma escola, o Colégio Campos Verdes, na época estava toda a comunidade da região aqui, resultado que deu certo. Então o primeiro passo é participar, é vir junto, mesmo com um calorzinho, para enfrentar este assunto, porque se nós não enfrentarmos, acabamos sendo administrados por pessoas que, às vezes, não estão aqui, estão em Florianópolis ou estão até em Brasília e acabam tomando decisões que impactam nas nossas vidas. Esse é o meu primeiro cumprimento.

Cumprimento também todas as lideranças, os Deputados e os Prefeitos que estão aqui na mesa. Este é um grande desafio e em minha opinião a questão da regularização fundiária do uso das áreas da APA da Baleia Franca é a grande prioridade do desenvolvimento do sul do Estado neste momento. Nós vamos ter que arregaçar as mangas e enfrentar isso. *(Palmas.)*

Eu entrei na vida pública porque gosto de resolver questões, gosto de encontrar caminhos para isso. Não é justo isso. Eu olho outros Municípios, como Laguna e Jaguaruna, com grande potencial, mas com o seu desenvolvimento barrado, travado, não conseguem andar. E aí você anda alguns quilômetros, indo para o norte do Estado, e vê que lá está acontecendo a construção de edifícios de sessenta andares, a 30 metros da beira do mar. É muito diferente, e é no mesmo Estado. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Djonathan Costa*]

Nós precisamos encontrar caminhos. E hoje eu estou encontrando propostas nesta reunião, Deputado Volnei. A legislação proposta aqui pela Deputada Federal Geovania é pertinente e será difícil de enfrentá-la lá dentro do Congresso, assim como na questão da constitucionalidade para fazer, mas o caminho é esse. E nós podemos construir outro caminho também, que é debatendo [como estamos aqui nesta audiência pública]. Quero agradecer e cumprimentar o ICMBio por estar aqui hoje, prestando informações, debatendo e conversando com a comunidade. O ICMBio é um órgão público que pertence aos brasileiros e tem uma função das mais nobres possíveis, que é o de proteger o meio ambiente. E a presença do ICMBio hoje aqui é muito importante, pois enriquece muito o debate.

Nós precisamos reavaliar [a situação]. Não vejo outro caminho que não seja a mudança do perímetro da APA da Baleia Franca ou façamos um estudo.

É claro que ninguém aqui pretende construir qualquer coisa ou ocupar área de APP já prevista no Código Ambiental. Não é isso que queremos, nem podemos e nem devemos fazer. Mas também não é justo, eu conheço áreas aqui em Jaguaruna, loteamentos que foram aprovados antes de 2000 e as pessoas têm escritura, Deputado Marquito, e elas não conseguem construir ou ocupar. Mais do que a regularização, que é o nosso objetivo final, mas nós precisamos resolver um caminho anterior, que é o da poligonal, por que ela foi feita ali? E aí o Conselho Gestor pode ser um grande aliado nos ajudando, porque basta alguém mexer em alguma coisa que vários órgãos



públicos, do Ministério do Público Federal, várias outras instituições interferem e não deixam o cidadão utilizar aquilo que já é dele de direito, e alguns que a gente não consegue utilizar em função dessa legislação.

Eu vim aqui hoje muito mais para ouvir vocês. Então entendo que depois desta audiência vamos elaborar um documento em conjunto com todos os Deputados, vamos procurar novamente o ICMBio e o Ministério Público para encontrar um caminho técnico para que possamos utilizar essas áreas, reduzindo a linha da APA para a beira do mar, como é em outros lugares. Nós vamos respeitar a lei ambiental aqui em Jaguaruna e na Laguna. Por isso, nós precisamos mudar essa linha para que dentro das normas possamos desenvolver essa região e [garantir] qualidade de vida, porque como está hoje, não dá. Por mais que a lei garanta que se possa fazer a regularização fundiária, mas não consegue. Ninguém conseguiu nos últimos dez anos, quinze anos obter uma escritura, e não faltaram pessoas *experts* no Direito, na Engenharia e nós não conseguimos.

Nós precisamos talvez desenvolver uma nova discussão, um novo estudo e mudar essa linha que delimita a APA. Eu não consigo ver, Jorge, como Deputado, outro caminho para resolver o problema de todos. Em alguma área ela vai entrar, não é só aqui, em qualquer lugar, onde tem mangue, onde tem áreas de APP, tem que ser respeitado. Mas onde não tem, vamos ter o mesmo direito do pessoal do Balneário Rincão, de desenvolver, de construir, de tomar posse do nosso patrimônio de direito, respeitando a legislação.

Nós vamos elaborar um documento com a palavra de vocês, de todos que aqui estão se manifestando e nós vamos provocar uma nova reunião com o ICMBio, com o Conselho Gestor, com o Ministério Público Federal, para a partir disso, talvez até com a anuência de um novo estudo das universidades para dizer que não é necessário ter um território fora do mar para preservarmos a vida marinha das baleias. Eu também sou engenheiro agrônomo, não sou especialista no mar, mas eu entendo que não são necessários termos 2 quilômetros, 3 quilômetros para dentro do território para poder salvar os animais. Acho que dá para utilizar de maneira sustentável e o caminho nós vamos fazer com a mobilização de vocês aqui, estamos passando para todas as lideranças que estão aqui uma grande responsabilidade.

Vamos elaborar um relatório, levar no ICMBio, no Ministério do Meio Ambiente, com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente – o Secretário Estadual do Meio Ambiente, o Emerson, está aqui conosco, bem como o ICMBio. Isto aqui é um colegiado.

Temos que ter, agora, a visão para encontrar um caminho e a minha proposta é que através de um novo estudo e conversando com as comunidades possamos mudar a poligonal que é a linha que delimita a APA. Esse é o caminho. Fora isso nós não vamos resolver o problema de vocês, porque quando resolver com a Prefeitura, o IBAMA ou o ICMBio vão lutar, quando resolver com o ICMBio, o Ministério Público vai questionar, quando resolver com ele, vai ter outro órgão que vai questionar. E assim o tempo vai passando e Jaguaruna e Laguna não se desenvolvem como merecem.

Vamos juntos trabalhar para levar essa linha de volta para a beira do mar, pois esse é o caminho certo para preservar os animais e também desenvolver e trazer qualidade de vida para a população.

Esta é a minha proposta e eu não vejo outro caminho.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Quero fazer um pedido aos membros da mesa que farão uso da palavra, para que sejam breves, até porque o motivo e a principal liderança aqui hoje é a nossa população. Nós precisamos ouvir vocês, nós queremos ouvir o depoimento da população, daqueles que estão sofrendo, e nós temos percebido que estão sofrendo bastante. Peço desculpas por dar esse recado.



Com a palavra o Deputado Estadual Rodrigo Minotto, Vice-Presidente da Comissão Mista da APA da Baleia Franca.

**O SR. VICE-PRESIDENTE ((Deputado Estadual Rodrigo Minotto) –** Boa noite pessoal. Eu vou ser breve, um minuto, porque nós estamos aqui para ouvir vocês e buscar a solução para o sofrimento de cada um e aquilo que vocês estão passando nesses últimos meses, nesses últimos anos.

Pensar que o problema não é o Plano de Manejo. Qual é o problema? Qual é a solução? E nós, enquanto legisladores, seja no âmbito federal, estadual, municipal, temos o dever e a obrigação de poder fazer aquilo que for de melhor para a população. Por isso, Presidente, vossa excelência colocou muito bem, nós estamos aqui é para ouvir vocês e saber qual é a dificuldade real de não poder instalar uma energia, de não poder construir um imóvel, de não poder ter a escritura de uma propriedade. E como fica isso? Onde estão aqueles que têm o dever e a obrigação de ajudar a resolver? Estão aqui, uma parte. Mas que essa parte unida vai fazer a grande diferença na vida de cada um de vocês.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) –** Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Federal Daniel Freitas.

**O SR. DEPUTADO FEDERAL DANIEL FREITAS (SC) –** Muito boa-noite a todos vocês. É um prazer poder estar aqui. Gostaria de cumprimentar os nossos Deputados Estaduais; e parabenizar a Assembleia Legislativa por propor esta reunião e a todos vocês que se fazem presentes, a união, verdadeiramente, faz a diferença. Cumprimentar também o Walter Steenbock, do ICMBio.

Aqui estão reunidos os Deputados Estaduais, estava a Deputada Geovania, que teve que se ausentar, eu, como Deputado Federal, os membros aqui do secretariado do governo Jorginho Mello, pessoas que se dedicam, com certeza, em fazer a diferença nesse momento que causa constrangimento, causam dor e insegurança jurídica a cada um de vocês e que o passo está sendo dado, cada um dentro do seu quadrado. Lá na Câmara Federal a Deputada Geovania foi muito feliz, ela se adiantou e protocolou um projeto de lei e também um projeto de decreto legislativo que desde já conta com o meu integral apoio e serei com certeza um grande incentivador não só na bancada de Santa Catarina, Deputados, mas também com os demais Deputados que nós conversamos em Brasília para que essa pauta seja justa, especialmente aqui com o sul de Santa Catarina.

Uma coisa é proteger, Prefeito, as baleias e proteger o meio ambiente, outra coisa é punir as pessoas causando tanto estrago, tanta insegurança, que não sabem quando vão ter as suas escrituras ou até mesmo as suas casas demolidas.

Portanto, sendo breve aqui, coloco-me inteiramente à disposição para que a gente chegue ao final disso com sucesso, restabelecendo a linha, sim, dentro daquilo que nós consideramos justo com Santa Catarina, especialmente com o nosso sul do Estado, que é prejudicado com essa linha, adentrando as áreas terrestres, prejudicando tantas pessoas. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Dulce M. da Costa Faria*]

Então, contem comigo. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber) –** Muito bem.

Com a palavra o Secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde de Santa Catarina, Emerson Stein.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO EMERSON STEIN (SC) –** Boa noite a todos, estou muito feliz em estar aqui com vocês.

Primeiro, parabenizo esta Comissão que foi criada na Alesc, enquanto eu estava Deputado por dois anos. Cumprimento o senhor Presidente, nosso colega Deputado Volnei; todos da mesa; o Prefeito; os demais presentes; o senhor Frigo, Secretário da Pesca, que também faz parte do governo Jorginho Mello – eu já quero parabenizar você e o Governador Jorginho Mello por terem entrado com uma ação contra o estabelecimento de cotas para a pesca de arrasto de tainha. Isso não pode acontecer,



né, minha gente? Pelo amor de Deus! A pesca de arrasto de tainha artesanal, feita pelos nossos pescadores artesanais, não pode ter cota – nunca teve. Então, parabéns, porque parece que já teremos notícias boas nos próximos dias, pois, aparentemente, estão revendo o assunto.

Eu quero trazer a nossa posição como Secretaria do Meio Ambiente e da Economia Verde do Estado de Santa Catarina. Todas as colocações aqui foram perfeitas, principalmente as da nossa Deputada Federal Geovania de Sá, que protocolou o projeto de lei bem como o Projeto de Decreto Legislativo (PDL), no qual pede a revisão do Plano de Manejo da Baleia Franca, mas o mais importante de tudo é a união de vocês no dia de hoje, a demonstração de força do nosso povo.

Foi falado que a Reurb pode ser feita dentro do Plano de Manejo, mas que só dois protocolaram até hoje. Algum desses saiu do papel? Não sabemos, e queremos resposta do ICMBio. Inclusive, quero parabenizar o ICMBio por estar aqui conosco.

Outro pedido que eu quero fazer ao ICMBio, em nome do governo do Estado – o qual coloca a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) à disposição desta Comissão para estar ao lado da população de Jaguaruna, de Laguna e de toda a região afetada –, é para estarmos juntos pela revisão do Plano de Manejo e, principalmente, para a volta da linha preamar onde ela deve ser. Ela não precisa entrar na área do Município, porque todo mundo sabe que não pode construir no meio e sobre as dunas. Todo mundo sabe que não pode construir junto à praia, junto ao mangue, próximo ao lago, todo mundo sabe disso. A fiscalização da Prefeitura existe para isso.

Pedimos também o apoio do ICMBio para que o Ministério Público Federal retire todas as ações que existem a respeito do Plano de Manejo e de toda a população dessa região, Deputado Volnei, suspendam essas ações, são mais de cem ações. E quantas casas que hoje não sabemos se amanhã serão derrubadas, se, daqui a [pouco as pessoas vão] perder sua casa, sua construção, que existe há mais de vinte anos, trinta anos, que tem escritura há mais de cinquenta anos... Regularizar o que já está regularizado? Eu nunca vi isso na minha vida e eu fui Prefeito de Porto Belo por dois mandatos. Você ter a sua escritura e não pode construir. Você já está regularizado! Você quer abrir um comércio e não pode ter o alvará porque a fiscalização vem para cima de você. Alguma coisa está errada e precisa ser resolvida! Estamos aqui para isso, através da Comissão da APA da Baleia Franca, para ajudar a resolver.

O Governador Jorginho Mello disse: Secretário, vá lá e se coloque à disposição ao lado da população para ajudar a resolver essa situação que está tirando o sono e deixando muitas famílias preocupadas, às vezes até depressivas – porque sabemos que isso vem ocorrendo.

A baleia tem que ser preservada, o verde tem que ser preservado, a nossa natureza tem que ser preservada, mas a propriedade de cada um também tem que ser preservada. Por isso o governo do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente e da Economia Verde e a sua equipe ficam à disposição para fazer parte de um grupo de trabalho – que já existe na Secretaria e que estava parado há muito tempo – para buscarmos uma solução junto da [Comissão Mista] da APA da Baleia Franca, Deputado José Milton, que é o que precisamos aqui.

Se tudo estivesse resolvido, não precisaríamos estar aqui, não é? Mas nós estamos preocupados e vocês estão muito preocupados. Por isso queremos estar ao lado de vocês, da população, com responsabilidade, mas preservando a propriedade de cada um.

Muito obrigado e um forte abraço. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Com a palavra o Secretário de Estado da Aquicultura e Pesca de Santa Catarina, Tiago Bolan Frigo.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO TIAGO BOLAN FRIGO (SC)** – Boa noite a todos.



Cumprimento o Deputado Volnei, Presidente desta Comissão, em seu nome todas as autoridades da mesa. Serei mais breve do que o Deputado Minotto, que utilizou um minuto aqui, né? O que importa realmente é ouvir vocês.

O Governador Jorginho Mello criou, agora, a Secretaria da Aquicultura e Pesca, porque antes não existia uma Secretaria voltada somente para os pescadores e aquicultores em Santa Catarina.

Santa Catarina é destaque tanto na cultura quanto na pesca. Somos os maiores produtores de ostras do Brasil, os maiores produtores de mexilhão, os maiores produtores da alga *Kappaphycus Alvarezii* e somos o quarto maior produtor de tilápia do Brasil. Na pesca somos o destaque nacional, temos a maior frota pesqueira do Brasil e 30% dela está em Santa Catarina. Em Itajaí temos a Capital Nacional da Pesca; temos o maior número de empresas pesqueiras do país; temos o maior número de empregos da pesca; mas temos sofrido muito com restrições do governo federal, como a restrição citada pelo Deputado Emerson com relação à pesca da tainha – na qual o governo federal, por meio do MMA, junto com o Ministério da Pesca, colocou pela primeira vez uma cota para a pesca da tainha artesanal de praia. Isso nunca existiu.

Entramos na Justiça, o Procurador-Geral do Estado iniciou uma ação no Supremo Tribunal Federal e eu tenho muita convicção – se não for um julgamento político, porque sabemos como está funcionando o Supremo Tribunal Federal – de que esse item, que impôs a cota de 1.100 toneladas para a pesca artesanal de praia, será derrubado. Nós tivemos uma audiência hoje sobre o assunto e foi sinalizado, inclusive parece que o governo federal já está admitindo que errou e pode voltar atrás, mesmo sem a ação ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

Nós temos muita pesca importante aqui, por isso estivemos em outras reuniões acompanhando o Deputado Volnei e a Assembleia Legislativa em Laguna para tratar dessa questão da APA da Baleia Franca, porque os pescadores têm bastante dificuldade com isso.

Eu também fiquei na dúvida quanto a esses dois processos citados, Marquito, se eles aconteceram e qual foi a velocidade da anuência da Reurb. Se o ICMBio... Quanto tempo levou? Tens essa informação?

*(O senhor Deputado Estadual Marquito manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

É, porque pode dar entrada e demorar dois anos, aí não adianta, né? Ou pode não responder. Então é importante sabermos se isso está travando esse processo [da Reurb].

Quanto à área da pesca o que temos nessa região do sul é muito importante. Minha família é aqui do sul, minha mãe é de Criciúma, meu pai é de Nova Veneza e estamos sempre no Rincão, nessa área aqui também. É importante essa aproximação com o governo Jorginho Mello, com o Deputado e agora Secretário do Meio Ambiente e da Economia Verde, para levarmos as demandas da região e podermos auxiliar todos os moradores com relação à questão da APA da Baleia Franca. Acreditamos que toda essa temática da pesca, inclusive [a perspectiva] urbanística, deve ser gerida de acordo com o interesse da população, né? São vocês que irão opinar, e o Poder Público está aqui para servir a população e não para atrapalhar, não para criar problema, não para proibir a pesca artesanal da tainha – que não é uma espécie ameaçada de extinção –, não é para criar proibições, sem ter comprovação científica, de que isso vai melhorar alguma coisa na vida da população, ou de que isso vai atrapalhar alguma coisa na Baleia Franca.

Estamos à disposição e boa noite a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pelo canal do YouTube da Assembleia Legislativa. Agradeço a todos que estão acompanhando. Aqueles que tiverem algum familiar que não pôde estar presente e quiserem passar mensagem comunicando que está passando ao vivo no YouTube da Assembleia



Legislativa, podem fazê-lo, assim dando oportunidade para que outras pessoas possam acompanhar esta importante audiência pública.

Dando continuidade, informo que a lista de presença está passando por este ambiente para que todos possam deixar seu registro, sua assinatura. Isso é muito importante para que possamos registrar a alta adesão popular em nosso documento para fazer com que tenhamos força para pleitear aquilo que tanto queremos que é as mudanças.

Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Laerte Silva dos Santos, Prefeito de Jaguaruna.

**O SR. PREFEITO LAERTE SILVA DOS SANTOS (Jaguaruna/SC)** – Boa noite a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a presença de cada um de vocês. Gostaria de parabenizar o Volnei Weber e a todos os Deputados que estão presentes por essa ação de trazer esse debate, essa discussão para o dia de hoje. Gostaria também de parabenizar a Deputada Geovania de Sá, que é a pioneira e que vem lutando ao longo do tempo para regularizar a situação. Ainda, gostaria de parabenizar, em nome do nosso presidente da Associação de Moradores, senhor Lauro Dias Vilela. Gostaria de agradecer a cada um dos presidentes das associações de moradores que vêm compondo essa luta com todos.

Fomos emancipados em 1930 e setenta anos após a nossa emancipação política, foi criada, de fato, a APA da Baleia Franca. Até aí, eu não contesto nada, o que contesto é o zoneamento que foi criado dentro dos perímetros, tanto do Município de Laguna, quanto do Município de Jaguaruna. Hoje, nós temos 33% do nosso Município em que não conseguimos promover viabilidade ambiental ou alvará de construção. Todo o nosso pessoal, a Cris do planejamento, o Tiago do Imaj, sofrem todos os dias com pedidos de viabilidade ambiental e de alvará [de construção], mas acabam levando a culpa, de uma forma ou de outra, ao negar a concessão do documento ao cidadão. Isso porque, mesmo que eles expliquem para as pessoas o porquê e qual o motivo para a negativa do Município, elas nem sempre entendem e o nosso pessoal acaba levando a culpa. Hoje, nós sofremos com essa dificuldade. [*Transcrição: Nicole da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal*]

Como todos estão entrando com a regularização através da Reurb, nós criamos no segundo ano do nosso mandato a Comissão da Reurb. Foi falado e discutido sobre a Reurb que existem dois pedidos de regularização no ICMBio, sendo que um dos pedidos é uma gleba com mais de 140 lotes, que é o Loteamento Chalé, que fica entre o Arroio Corrente e o Balneário Figueirinha, no qual o ICMBio entende que, de fato, há uma cláusula dentro da AGU que não permite regularização em períodos ou localidades de mata atlântica. Por isso, tivemos uma audiência, na semana passada, com o ICMBio, com a Prefeitura, com os Deputados e o próprio Procurador e achei interessantíssimo que criamos dois projetos-piloto: um para a região de Laguna, que seria no Farol de Santa Marta e outro para o Município de Jaguaruna, na localidade de Campos Verdes. Vamos tentar fazer a regularização sem precisar mudar a cláusula que está dentro da AGU, que, de fato, impede de fazer essa regularização em áreas de mata atlântica. Esse é um desafio a mais que precisamos enfrentar para fazer com que a Reurb ande.

Acredito que a solução – tenho falado em todas as reuniões que eu posso e participo – está ali no projeto de lei, na PL que a Deputada protocolou, o qual acredito que vai demorar, pois é algo discutível, sendo que passará pela Câmara Federal, depois pelo Senado e, por fim, para sanção do Presidente. Será uma caminhada árdua. Penso que não será resolvido do dia para a noite, mas pelo menos foi iniciado. Qual seria a forma mais fácil, prática e um pouco mais rápida? Seria a revisão do Plano de Manejo.

O Stéphanou mencionou algo importante em sua fala, quando estava apresentando o perímetro da APA da Baleia Franca e ele disse que nas áreas divergentes foram criadas de forma provisória. Se é de forma provisória, então está na



hora de discutirmos isso e, entendendo que temos urbanização, conseguimos regularizar e dar dignidade para cada um de vocês.

Podem ter certeza absoluta de que quando vocês vão atrás de uma viabilidade ambiental, ou de um alvará de construção, não é o Prefeito Laerte que está negando, nem nossos servidores, mas sim porque estamos impossibilitados. Para vocês terem noção, em Campos Verdes, hoje, se dermos um alvará de construção ou uma viabilidade ambiental, a multa é de R\$ 20 mil no CPF do Prefeito e de dois diretores, tanto o de Imagem, quanto o de Planejamento. Por isso, temos essa dificuldade.

Portanto, o dia de hoje é especial para tentarmos encontrar o caminho e solucionarmos essa questão o mais rápido possível. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Obrigado, Prefeito Laerte, pela contribuição.

Com a palavra o Presidente da Câmara de Vereadores de Jaguaruna, Vereador Mário Goulart Ferreira, conhecido como Mauro.

**O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JAGUARUNA/SC (Vereador Mário Goulart Ferreira – Mauro)** – Primeiramente, quero cumprimentar os senhores e as senhoras aqui presentes e parabenizá-los pela maciça participação popular na audiência pública. Cumprimento, em nome de todos, o Deputado Volnei Weber, Presidente da Comissão Especial da Assembleia Legislativa e todos os Secretários de Estado que estão aqui e formam a mesa.

Quero dizer que o Município de Jaguaruna já sofre há muitos anos com esses embargos ambientais, assim como o Município de Laguna, que sofre muito com isso.

Vou contar uma historinha bem rápida, pois a voz de vocês é que deve prevalecer na audiência pública de hoje. Há dois meses um cidadão me convidou para ir à sua casa e compartilhou um pouco da história da vida dele. Ele era um morador de um Município próximo aqui da região, aposentou-se aos 63 anos, veio para Jaguaruna e há sete anos mora aqui. Vendeu tudo o que tinha lá – acreditando que viver à beira da praia seria melhor –, comprou seu terreno, fez sua casa, estabeleceu-se e está vivendo aqui. Porém, há três ou quatro meses foram até a sua residência e cortaram sua energia [elétrica]. Enquanto ele me contava isso, lágrimas escorriam dos seus olhos. Imaginem um pai de família trabalhar até os 63 anos, se aposentar, ir para uma cidade, comprar legalmente seu terreno, escriturado, e alguns anos depois é tirado o direito dele da propriedade, porque se cortarem a energia, como viver em uma casa usando apenas luz de velas, como viviam há cinquenta anos?

É isso que Jaguaruna e o nosso litoral estão passando: insegurança jurídica e prejuízos financeiros. Nós temos empresários aqui, como donos de materiais de construção, mercados e pequenas lojas e no [entanto] não investem em mais nada em Jaguaruna. Para que construir mais em Jaguaruna? Para que comprar um lote em Jaguaruna? Essa é a insegurança que vivemos aqui, Deputados. Por isso, peço a vocês, peço encarecidamente ao governo do Estado e ao governo federal... A Deputada Geovania de Sá que falou muito bem: nós temos sim, que mudar a linha da APA. O Secretário falou muito bem aqui: são várias Ações Cíveis Públicas que existem. Que o Ministério Público Federal retire essas Ações Cíveis Públicas até conseguirmos dar encaminhamento à Reurb, dar o andamento que a APA e que o ICMBio têm que dar, que é a anuência. Eu acho que as pessoas estão inseguras, mas não vão perder as suas casas, porque as pessoas que estão aqui hoje vão lutar para que isso não aconteça. (*Palmas.*)

Prefeito, quero te agradecer pelos teus últimos encaminhamentos e pelas reuniões. A Câmara de Vereadores está disponível para contribuir com o Paço Municipal. Temos, sim, recursos que podemos destinar – recursos que foram economizados por todos os Vereadores e não apenas pelo Presidente – e parte deles pode ser encaminhados de volta ao Executivo para que seja formada essa comissão permanente. Não quero uma comissão que se reúna de quinze em quinze dias, mas sim uma comissão permanente, que se reúna cinco dias por semana, quarenta horas



semanais, para que possamos dar andamento o mais rápido possível para que não aconteça nenhuma demolição de casa em Jaguaruna.

Essas são minhas palavras para hoje.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado.

Finalizada a participação dos membros da mesa, neste momento passamos à fala dos representantes da comunidade. Informamos que ao finalizar a fala do primeiro inscrito, encerraremos as inscrições, pois já temos dezesseis inscritos. E como nos foi questionada a possibilidade de fazer perguntas, vamos abrir o encaminhamento de perguntas por escrito à mesa, mas sem réplica e tréplica, podendo qualquer membro da mesa responder.

Com a palavra o senhor Renato de Oliveira, da Associação Surf Praia da Galheta e do Conselho do Desenvolvimento de Laguna.

**O SR. RENATO DE OLIVEIRA** – Obrigado, Deputado.

Saúdo todos os presentes, tanto o público quanto os membros da mesa.

Gostaria de falar para vocês sobre justiça, mas sou obrigado a falar sobre injustiça. No ano de 1985, meu pai comprou uma casa na Praia da Galheta, em Laguna. Essa casa pertencia a um senhor – morador do local – que havia comprado de outro senhor, que por sua vez, havia comprado de uma senhora, e assim por diante. Na época, quando fomos reformar a casa, fui à Prefeitura de Laguna, na Secretaria de Planejamento, e lá me informaram que eu deveria procurar a Marinha, pois era ela quem ordenava na área da Praia da Galheta. Fui até a Marinha e paguei uma taxa para reformar a casa – isso no ano de 1985. No ano 2000, foi criada a APA da Baleia Franca. No ano de 2012, recebi uma multa, por estar na área da Baleia Franca, ou seja, eu e minha família estávamos aqui antes da existência da lei. Que injustiça é essa? O que é isso? E logo em seguida, recebi uma ordem de demolição por estar na área da APA da Baleia Franca.

Eu estava acompanhando a apresentação do pessoal do ICMBio, estou em uma área divergente, que é possível a Reurb. Mas o que acontece é que a Reurb em Laguna está travada, não sai. Não saiu nessa administração, nem nas anteriores. Estou enfrentando um processo em que minha casa pode ser demolida a qualquer momento. Se eu não retirar a minha casa, vou receber uma multa violenta diária. É o que eles mais sabem fazer aqui hoje. Ou seja, eu tenho pouco tempo e talvez não tenha chance, mas vocês têm. Não deixem isso acontecer com vocês, porque é muito triste perder a casa onde você criou teus filhos. Vocês não fazem ideia.

Por isso, venho aqui pedir para que vocês, da mesa, lutem por justiça, porque nós precisamos disso.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Rodrigo Prux Oliveira, Vereador de Garopaba.

**O SR. VEREADOR RODRIGO PRUX OLIVEIRA (Garopaba/SC)** – Boa noite, Jaguaruna; comunidade do Campo Bom; Deputados; Secretários; e Vereadores da mesa.

Fico muito contente em ver esta plenária lotada, pois nasci politicamente dentro da Associação de Moradores e sei o que é lutar para acabar com as enchentes na cidade onde eu morava. [*Transcrição: Mirley Costa / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

Minha esposa é professora e ela está aqui me acompanhando. Aí fiquei pensando – tenho certeza de que vocês já pensaram nisso alguma vez e devem concordar comigo – como os professores são desrespeitados hoje em dia... Semana passada encontrei o professor Paulo Horta, por isso eu lembrei disso. O professor Paulo Horta, senhores e senhoras, mostrou-me um mapa com as possibilidades de inundações no nosso litoral catarinense caso o mar avance. Não pude deixar de lembrar – porque eu sofri com enchentes no Rio Grande do Sul – da tragédia que aconteceu no



Estado ano passado, deixando milhares de famílias sem casa. E aí eu me lembrei do que acontece quando brincamos com a natureza.

Como eu disse, eu sou Vereador de Garopaba, e Garopaba também faz parte da APA, por isso estou aqui como parte interessada. Ouvindo o professor Paulo Horta sobre essas mudanças do clima, eu me dei conta de que talvez a APA possa ser uma ferramenta de proteção se soubermos usá-la, como garantia de que o mar não invada as nossas casas.

Fui atrás do que o professor Paulo Horta me falou: ler o Plano de Manejo, entender o que é APA e APP, porque são palavras parecidas, são três letras, então é fácil de confundir. Daí, eu fiquei pensando: a quem interessa essa confusão de APA com APP? Porque, como já se falou aqui muitas vezes, o fato de sair da APA ou estar na APA, não importa, pois a APP vai continuar existindo. É o que acontece em Florianópolis, que está fora da APA, e as casas são demolidas. Então, a quem interessa distorcer esse assunto?

Não aprendi isso com professor nenhum, eu aprendi com a vida: o medo é uma ferramenta poderosíssima e tenho certeza de que muitos de vocês aqui, se não todos e todas, estão com medo hoje de perder o esforço de toda a sua vida para construir a sua casa. Mesmo quem não mora aqui, quem vem veranejar, vem passar o verão e que usou todas as suas riquezas, o dinheiro suado acumulado ao longo da vida para poder construir a sua casinha, está preocupado hoje se vai perdê-la.

Venho hoje aqui entender o que está acontecendo, se vocês estão em risco mesmo. E aí, fico mais uma vez me perguntando: a quem interessa? Se não faz diferença estar dentro da APA ou não, qual o motivo para tirar essas regiões da APA, uma vez que, dentro do Plano de Manejo, tem zona e área específicas para essas regiões?

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Mais trinta segundos para a conclusão.

**O SR. VEREADOR RODRIGO PRUX OLIVEIRA (Garopaba/SC)** – Garantindo a possibilidade de Reurb.

Finalizando, o que quero dizer para vocês é para que saiam daqui hoje com a última lição que eu aprendi dos professores: busquem conhecimento. Entendam muito bem o que está se passando aqui hoje, com todas as informações possíveis, porque talvez estar dentro da APA, se soubermos usar isso – como bem falou o Deputado Marquito – como ferramenta da Reurb, seja a solução para que vocês tenham suas moradias regularizadas e a garantia de que vocês não serão retirados daqui.

Boa luta, companheirada! Boa luta, povo de Campo Bom! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Com a palavra o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo de Criciúma, senhor Jorge Godinho.

**O SR. JORGE GODINHO** – Em nome do Deputado Volnei, saúdo toda a mesa, em especial o meu amigo Minotto. Em nome da Deputada Geovania, saúdo todas as mulheres presentes, em especial a minha esposa, que está me acompanhando nesta noite.

O que eu quero falar, e gostaria que os Deputados tomassem como um ponto de partida, é que a nossa região – eu sou da região do Torneiro – é turística, com vários comércios, restaurantes, padarias, supermercados, pousadas e assim por diante. Então, nós temos em torno de mil trabalhadores nessa região. E com esse projeto, corre o risco desse trabalhador, dessas pessoas que precisam desse trabalho, dessas empresas, desses empreendedores que colocaram a sua pousada ali, o seu restaurante, a sua lanchonete, o seu trabalho no período de verão na praia, perderem essa oportunidade. Para onde vai isso?

Então, eu acho que é fácil resolver, pois estamos aqui com praticamente todo o secretariado de governo e com o Secretário, que disse que o governo do Estado vai apoiar esse projeto. Então, eu não vejo nenhuma impossibilidade de apoiar. Está aqui a



entidade que criou essa barreira para nós, moradores, que temos uma residência ali e que querem também resolver. E eu acho que é fácil, porque o que foi criado foi em cima de um papel, e o papel podemos reescrever a hora que for. É [necessário] ter unidade e vontade de fazer, além de lembrar que, em 2026, tem eleição para Deputado, tem eleição para Governador, e nós temos que pensar realmente em quem votar. Se estivermos com esse pessoal que vai nos dar a possibilidade de garantir a nossa propriedade, temos que apoiar esse pessoal.

Quero parabenizar o Marquito, pois ele realmente destacou o ponto positivo, que foi o que ele explicou, mas acho que não temos outra forma. O Prefeito também disse que não consegue dar um passo adiante, mas a população pode forçar para que isso aconteça e todo o colegiado de Deputados também apoiar.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Mais trinta segundos para a conclusão.

**O SR. JORGE GODINHO** – Eu vou concluir.

Então, a minha proposta para aquela comunidade é a seguinte: que sejam retiradas aquelas ações que [impedem] as pessoas de fazer a ligação de água e luz, porque tem muitas famílias vivendo de rabicho, e isso é complicado. Enquanto não encontrarmos uma solução, que pelo menos elas possam ligar a luz e a água novamente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Com a palavra a senhora do Conselho Comunitário de Ibiraquera, Sandra Costa. (*Pausa.*)

Na ausência, com a palavra o presidente da Associação de Moradores de Campo Bom, senhor Lauro Vilela.

**O SR. LAURO VILELA** – Obrigado e boa noite a todos da mesa.

É uma satisfação muito grande recebê-los em nossa comunidade. Eu acredito ser a primeira vez que isso ocorre com tantas autoridades aqui, né, Prefeito? Mas a gente fica feliz com isso e com o povo que nos acompanha nessa luta, que é muito grande.

A nossa solicitação é que realmente se tenha a solução, conforme foi dito por um dos Deputados. Outra alternativa é que, se o Deputado Marquito disse que a Reurb é a solução, tem que sair para frente. Se for preciso fazer o recuo da linha, que também é interessante e precisamos, que se faça imediatamente. Nós não podemos ver.

Quem está presente aqui e participou de alguma reunião para aprovar a APA erga a mão.

(*Pouquíssimas pessoas da plenária levantaram a mão.*)

Para aprovar a APA? Quem aprovou a APA, erga a mão, por favor.

(*Ninguém da plenária levantou a mão.*)

Veja, Deputado, ninguém aprovou. As pessoas não são crianças, elas tinham idade suficiente para participar das audiências e aprovar a criação da APA e a tal linha vermelha, Walter, que tanto é falada.

Nós estamos desesperados, senhores Deputados, como vamos conseguir viver...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Mais trinta segundos para a conclusão.

**O SR. LAURO VILELA** – ...na incerteza? Famílias, idosos, crianças especiais, com autismo, que é o meu caso. Nós não dormimos, eu estou perdendo quilos, a minha esposa não está bem, o meu filho já está desesperado, porque nós não sabemos se vamos chegar hoje e amanhã a Celesc vem cortar a energia. Isso está acontecendo na realidade. Tem um monte de gente que está com medo.

Para quem está aqui: vamos entrar com o pedido de Reurb, a Prefeitura vai acolher e vamos desenvolver isso com a ajuda dos Deputados e das autoridades, do Secretário do Meio Ambiente e do Secretário da Pesca. Nós precisamos da ajuda, e que todos acreditem que por hora a Reurb é uma solução para nós – nos Campos Verdes.



Ao ICMBio eu peço apoio, que nos ajude, por favor! Não é possível que não percam o sono, como o Mauro falou. São crianças especiais, autistas, doente, pessoas idosas. Isso é um monte. São mais de trezentos pedidos de corte de energia. O que vai acontecer? É uma demolição indireta. Ajude-nos, por favor!

E muito obrigado, meu povo do Campo Bom, e aos que vieram de longe...

*(Discurso interrompido por término do horário estabelecido. Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Dando sequência, com a palavra a senhora Maria Aparecida dos Santos, da União das Associações de Pescadores da Ilha (Uapi).

**A SRA. MARIA APARECIDA DOS SANTOS** – Boa noite.

Eu quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Volnei que já esteve em nossa comunidade, pelo esforço que vem fazendo.

Hoje eu não poderia deixar – o nosso presidente da Associação também vai fazer uma fala, o Eliseu – de fazer também a minha fala aqui nesta audiência, Deputado e todos os componentes da mesa.

Nós estamos com um trabalho muito difícil, porque foi criado dentro da nossa região por uma instituição da qual eu tenho conhecimento, mas não conhecimento total. Walter, nós já fomos a várias reuniões juntos, né, e você me conhece do trabalho da pesca, mas faltou diálogo com a APA da Baleia Franca e a comunidade. Para a construção, faltou o diálogo, Deputado. E foi inserido o que queriam inserir e por isso hoje temos todas essas dúvidas. Há muitas dúvidas, porque quando não é feito de forma clara, o objetivo dentro das comunidades tradicionais gera dúvidas, Deputado, as quais precisam ser clareadas, muito clareadas. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leal*]

Eu quero dizer para vocês que estou trabalhando no projeto da Reurb dentro das comunidades da Ilha. Meu sonho é regularizar toda a nossa região. E nós estamos com uma grande dificuldade dentro da região da Ilha, no Município de Laguna, no Cabo de Santa Marta. Nós temos vários pescadores das comunidades tradicionais, moradores que não conseguem acesso à energia. E aí eu pergunto: para vocês é mais importante não dar uma autorização de energia para os moradores e deixar que eles fiquem com rabichos? Eles são obrigados, eles têm uma casa com crianças, têm vida, e aí o teu vizinho vai deixar você no escuro? Então, o que é mais favorável: deixar as pessoas da região — e falo da região da Ilha, porque tenho conhecimento — usando rabicho e podendo acontecer a morte de alguém a qualquer momento ou dar uma autorização e permitir que a energia ou a água sejam ligadas?

A Reurb precisa avançar – eu mesma, Deputado, já estou com mais de mil processos da Reurb – e não vejo avanço. E aí eles estão perguntando: Cida, já faz três anos. Então, peço encarecidamente que vocês lutem por isso. Eu agradeço o espaço e quero dizer aqui que não podemos nos calar. Vamos pedir, Deputado, uma reunião desta na nossa região também, para ouvir quem não pôde vir hoje aqui, peço a vocês, encarecidamente.

Muito obrigada a todos e vamos continuar na luta. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Com a palavra o senhor Claudemir Souza dos Santos, ex-Prefeito de Jaguaruna.

**O SR. CLAUDEMIR SOUZA DOS SANTOS** – Boa noite, pessoal. Quero cumprimentar o nosso Deputado Estadual Volnei Weber e, ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar também os demais membros desta mesa, e dizer que nós temos que agradecer a quem está ao nosso lado. Por isso, na visão que os Deputados tiveram, nós queremos agradecer com uma salva de palmas ao Volnei e a todos os Deputados por essa boa intenção *(palmas)*. Agora, só de boa intenção não vivemos.

Vejo esse assunto com muita preocupação, senhores Deputados, Prefeito e nosso Presidente da Câmara, e acho que devemos atuar em três frentes: primeiro, precisamos agir enquanto tramita essa discussão para suspender os cortes de energia,



porque acima de tudo, enquanto tramitar toda essa polêmica, o pessoal não pode ficar sem energia, principalmente. Então, isso é fundamental.

Outra questão é que não adianta somente revisar o Plano de Manejo. As farsas foram muito bem feitas e temos que trabalhar muito firme para a remarcação da APA da Baleia Franca - a área de abrangência -, porque somente revisar o Plano de Manejo não adianta, nós temos que lutar pela remarcação.

Agora, a minha fala fica clara quando vejo aqui o nosso presidente do Comitê da Bacia do Rio Tubarão, o Woimer, e dizer a ele que queremos, sim, preservar o meio ambiente, mas queremos um crescimento sustentável.

Até parece, Deputado Volnei, que nós vivemos em outro país: na região de Balneário Camboriú, vale tudo; em Itapema, vale tudo (*palmas*), e aqui o povo humilde não tem o direito e a vez para discutir. Quando eu estive na Prefeitura, Prefeito Laerte, não tinha nem energia elétrica na Figueirinha. Disseram que se o lixo fosse recolhido, o Prefeito seria preso. Comecei a recolher o lixo e hoje está lá uma praia muito bela. Então, são desafios, e aquela proposta do Mauro, nosso presidente, de formar, junto com a Prefeitura, a comissão permanente, temos que colocar a inteligência para funcionar. A Prefeitura tem que se equipar, a Câmara tem que se equipar e essa comissão permanente tem que lutar por todos nós.

Agradeço muito os líderes comunitários aqui, na pessoa do seu Lauro, da Dilma, do Conseg, enfim, o povo tem que estar presente, minha gente. Eu sempre fui um defensor da luta comunitária, está aqui o Loro que me conhece muito bem e que já foi Vice-Prefeito também, onde o povo não participa, onde o povo não entende, o povo fica sem conhecimento e não obedece. O povo só obedece quando participa. Se não houver audiências públicas, e aqui eu falo para o pessoal...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Mais trinta segundos para a conclusão.

**O SR. CLAUDEMIR SOUZA DOS SANTOS** – Se não houver audiências públicas com a participação popular o povo não entende.

Então, só para finalizar, vejo aqui o Albertino Ramos, do Camacho. Sempre que lutávamos pela Barra do Camacho, reuníamos primeiro os pescadores. Então, temos que envolver quem está precisando, temos que envolver o povo, pois sem o povo nada anda.

Estamos juntos nessa empreitada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Dando sequência, com a palavra a senhora Keila Flor Vieira, moradora de Imbituba e presidente da Associação Comunitária de Ibiraquera.

**A SRA. KEILA FLOR VIEIRA** – Olá, pessoal, boa noite.

Hoje estou como presidente do Conselho Comunitário de Ibiraquera, uma entidade que, há trinta anos, vem trabalhando na defesa dos direitos coletivos.

Gostaria, então, de dizer que entendemos, compreendemos e nos solidarizamos com o sentimento da comunidade e do povo de Jaguaruna. Digo a vocês que busquem a verdade - busquem os seus direitos. É muito importante que, antes de qualquer coisa, vocês conheçam a verdade.

E faço uma pergunta bem direta aos Deputados que estão compondo a mesa: há previsão de realização de audiências públicas como esta em outras comunidades? Embora respeitando e entendendo o posicionamento da comunidade de Jaguaruna, que vive uma situação muito específica, outras comunidades que fazem parte do território da APA da Baleia Franca - como é o nosso caso - entendem que a área terrestre da APA da Baleia Franca é, sim, importante para gerir os recursos naturais do território, principalmente dos territórios ambientalmente frágeis, que são importantes, sim, para a nossa saúde e para o futuro, para o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos.

Deixo, então, esta pergunta para vocês responderem: foi dito aqui que o projeto para retirar a parte terrestre da APA da Baleia Franca seria levado adiante, mas, antes



disso, vocês, que também representam não só a comunidade de Jaguaruna, mas também outras comunidades, ouvirão essas outras comunidades?

Muito obrigada e boa noite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Quanto à pergunta da Keila, nós, da Comissão Mista, estamos tratando desse assunto dentro da Assembleia Legislativa. Vamos avaliar, estudar e, se houver necessidade, vamos, sim, com certeza, abrir essa oportunidade. Mas, antes de tudo, estaremos estudando.

Com a palavra o senhor Eliseu da Silva, presidente da União das Associações dos Pescadores da Ilha (Uapi).

**O SR. ELISEU DA SILVA** – Boa noite a todos. Quero parabenizar a mesa e gostaria de perguntar ao senhor do ICMBio: olhe quantos cabelos brancos temos aqui. Até quando essas pessoas vão estar vivas? Meu pai já se foi. Olhem para a nossa cidade e regularizem as nossas casas. Hoje eu tenho um filho, trabalhei a minha vida para dar um terreno para ele e não consigo construir.

O que vocês querem? É a mudança da APA, não é, povo? Ou querem mudança como em Camboriú (*palmas*)? Ou nós não somos melhores que Camboriú, o povo de Laguna e povo de Jaguaruna? Ou nós somos diferentes? Ou somos de outro Estado? Não!

Quem está fazendo tudo isso aqui é a APA da Baleia Franca. Queremos a mudança na área como falou aqui o pessoal da Galheta. Olhem a tristeza e o abandono que está a Praia da Galheta! Aquilo lá é bonito, mas as pessoas estão chorando. Trabalharam. Quantos anos tem aquela praia, povo? Quantos anos tem aquilo lá? Quantos empregos tem? Hoje, quantas casas já foram derrubadas e quantas estão para ser tiradas? Eu tenho um rancho lá, moro na escuridão. Vou trabalhar na escuridão com luzinha de bateria e não consigo botar uma luz. Parece que estou vivendo na era das cavernas! O que é isso, gente? Temos que mudar ou não temos que mudar essa lei? Que país é este? A baleia não incomoda ninguém, não, povo! A baleia vem, volta e não nos incomoda. Ninguém incomoda ela, está no lugar onde Deus colocou e ela vem e volta e não incomoda ninguém. O problema somos nós que estamos aqui! Vejam quantos cabelos brancos!

Deputado, peço por ajuda, por ajuda, encarecidamente, porque senão vamos todos morrer na praia. E quanta luz será cortada, quantas casas vão ser derrubadas? E o nosso suor que corre não tem valor? O nosso suor não tem valor? Vamos convidar o ICMBio para ir lá na nossa comunidade comprar um terreno para ver se consegue construir (*palmas*). Eu convido vocês a comprarem um terreno lá para ver se vocês conseguem...

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Mais trinta segundos para a conclusão.

**O SR. ELISEU DA SILVA** – Nós somos seres humanos, Deputado, pelo amor de Deus. Nosso Governador, ajude a nossa população do sul, ajude, pelo amor de Deus. Chega, nós já estamos sofrendo com a tainha, mais a Baleia Franca nos trancando, o que é isso? Onde vamos parar? (*Palmas.*) [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Fabiano Antonio de Souza*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado.

Chamo agora para fazer uso da palavra o senhor Claudemir de Oliveira, presidente da Associação dos Moradores do Balneário Figueirinha.

**O SR. CLAUDEMIR DE OLIVEIRA** – Boa noite, senhoras e senhores; boa noite à mesa; um boa-noite especial à nossa Deputada Geovania de Sá pelo pontapé inicial.

Venho aqui, em nome do Balneário Figueirinha, encarecidamente clamar aos senhores por um olhar especial para o nosso caso, que é a revisão do Plano de Manejo da Baleia Franca.

Como presidente, é difícil para mim, hoje, escutar vários e vários moradores que vão à nossa sede dizer que vão desligar ou que já desligaram suas casas. Nós só pedimos a vocês uma atenção especial para que possamos viver tranquilos, em paz.



Tendo paz, o resto nós resolvemos. Não estamos tendo paz nas nossas moradias do Balneário.

Agradeço à mesa e aos senhores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Leandro Fernandes, engenheiro agrônomo de Treze de Maio.

**O SR. LEANDRO FERNANDES** – Boa noite a todas e a todos.

Eu queria fazer uma pergunta para os representantes do ICMBio aqui. Trabalho há vinte anos nesta região com crédito rural e, curiosamente, nos últimos dois anos, principalmente no último ano, percebemos muita preocupação dos pescadores e agricultores. Inclusive tivemos recusas de agricultores querendo acessar o Pronaf aqui na região, com medo dessa confusão toda gerada em torno da APA da Baleia Franca. Então, eu queria perguntar a eles se existe alguma restrição recente à aplicação de política pública aqui no território por conta dessa polêmica.

Segunda pergunta: vamos supor que o PL da Deputada que falou aqui anteriormente tenha sucesso e seja extinta a APA da Baleia Franca. Os moradores vão ter salvo-conduto para sair regularizando tranquilamente, sem problema nenhum? Não vai mais ter o problema da Baleia Franca? Então, vamos supor que o PL dê certo e a extinga, vai ter sucesso na regularizar?

E uma terceira colocação, que é uma proposta aqui para a mesa: sei que os Deputados Federais falaram aqui que possuem fartos recursos, em torno de R\$ 50 milhões cada Deputado. Que tal botar um pouco desse recurso para a Prefeitura de Jaguaruna estruturar o setor da Reurb, para facilitar a regularização e, também, para fazer as devidas compensações ambientais.

Eu trabalho também com licenciamento ambiental, e uma ferramenta que se usa muito nesse processo é a compensação para regularizar outras áreas. Então, que tal os Deputados colocarem um pouco desses recursos fartos na regularização desses territórios, fazendo as devidas compensações ambientais? Tenho certeza que o próprio Ministério Público veria com outros olhos todos esses processos se houvesse uma boa vontade de colocar recursos no Município de Jaguaruna para poder regularizar essa situação.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Com a palavra o senhor Mário Mayer, morador de Jaguaruna. *(Pausa.)*

Na ausência, com a palavra a senhora Eliana Mayer, moradora de Jaguaruna. *(Pausa.)*

Na ausência, com a palavra o senhor Eduardo Di Primio, morador de Jaguaruna. *(Pausa.)*

Na ausência, com a palavra o senhor Ademar Espírito Santo, do Conselho Executivo da APA da Baleia Franca, de Naufragados.

**O SR. ADEMAR ESPÍRITO SANTO** – Então, em nome do comitê executivo nós queremos cumprimentar com uma boa-noite todo o povo e, cumprimentando o povo, nós cumprimentamos, também, as autoridades que compõem a mesa.

Em 2005 comecei a fazer parte do Conselho da APA da Baleia Franca e, paralelamente, nós tínhamos um problema que perdura até os dias atuais com o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, que também é Unidade de Conservação, só que estadual. Foram várias reuniões realizadas, desde Garopaba até Palhoça, onde o Parque do Tabuleiro se compõe. Foi nesse ínterim que acabei conhecendo, em busca de soluções para a comunidade de Naufragados, todo o início da construção dessa Unidade de Conservação.

Em 2005 eu me tornei membro da Associação de Moradores da Praia de Naufragados e hoje estou como secretário eleito do comitê executivo.



Quero concluir, porque daqui a pouco terei apenas trinta segundos e quero ir para o desfecho.

Essa luta da comunidade é muito interessante. Quando eu olho para o rosto de cada um aqui, que são participantes da cultura e da bandeira do Divino – talvez alguns de nós aqui do litoral ainda balbuciem a Novena latinizada –, [vejo que] com o fechamento estamos perdendo nossas raízes e parece que um tanto de autoridades não se preocupa com isso.

Quero também dizer que em Naufragados um tanto de casas foi derrubada, inclusive a minha, no entanto um empresário de Criciúma ganhou. É estranho. E esse movimento também foi feito pela Assembleia Legislativa.

A Lei 14.661, de 2009, recategoriza, mas as comunidades continuam à mercê do direito. Era para ser diferente, porque não é APA federal, não é APA da Baleia Franca.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Finalizadas as inscrições, passo a palavra ao representante do ICMBio para que possa responder uma pergunta que foi formulada.

**O SR. WALTER STEENBOCK** – Pessoal, tivemos várias colocações, temos pouco tempo, e é importante demais esse nosso pouco tempo para que possamos priorizar a fala de vocês, mas teve algumas colocações que são muito importantes apontarmos, não é?

De início, pessoal, percebo pelas várias falas, a começar pela fala da Deputada Federal Geovania, pode parecer que não, mas todos nós aqui temos interesses muito próximos. As nossas posições podem ser diferentes, mas todos nós que estamos aqui estamos preocupados com o desenvolvimento sustentável, com a alimentação, com a saúde e com o teto. As formas de enxergar podem ser diferentes e isso gera posições diferentes. Essa era a primeira questão.

A segunda questão é que pode parecer que o ICMBio ou a APA da Baleia Franca são os grandes responsáveis pela não regularização ou pela não possibilidade de ligação ou religação de luz. No entanto, é muito importante, como trouxe aqui o nosso colega Rodrigo Oliveira, entendermos os vários processos e os vários órgãos: qual é o papel do ICMBio? Do Ministério Público Federal? Do Ministério Público Estadual? Da AGU? Dos Planos Diretores? Pois sem isso fica muito fácil, mas é ruim, dizermos que o problema é a APA ou o ICMBio, porque, aí, a comunidade direciona os seus esforços para, por exemplo, dizer que tem que acabar com a APA e, como muito bem trouxe um colega aqui, o agrônomo Leandro: e se acabar a APA hoje, vai dar para regularizar? Eu faço essa pergunta para os colegas Deputados e para toda a comunidade, para que haja essa reflexão. Pensem sobre isso a partir do que existe na legislação ambiental e nas outras legislações. Em minha opinião acabar com a APA não vai dar diferença, talvez haja uma diferença mínima ou nem haja diferença na situação de regularização, porque existe o Código Florestal; a Lei da Mata Atlântica; o Plano Diretor e uma série de coisas. Então é preciso estabelecermos as nossas posições com base no conhecimento do que faz cada órgão, do que é a legislação ambiental e de organização urbana, não é?

Nós temos aqui pelo menos três falas: a do Mazinho, que acabou de falar; do Rodrigo Oliveira; e da Keila, que puxam para uma necessidade de maior discussão, inclusive em outras regiões. Como trouxe a Cida, por vezes há falta de participação.

Então, a minha proposta, Deputados, que é muito importante, é fundamental, para não repetirmos situações em que não há participação, é que esse tipo de discussão realmente aconteça em todas as áreas. Em Ibiraquera, por exemplo, eles estão defendendo a necessidade da APA por uma série de motivos que precisamos entender.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Mais trinta segundos para a conclusão.



**O SR. WALTER STEENBOCK** – Só para dar exemplo disso que eu estou falando, pessoal, a Reurb é possível. Dentro da APA, ela tem uma fase a mais, como trouxe muito bem o Marquito, que é essa anuência da APA, mas chegaram só dois estudos para isso. Como é que essas duas propostas evoluíram? Uma não chegou a ter estudo e a outra tem estudo, que é a de Laguna.

Existe a necessidade de articularmos a continuidade do processo da Reurb a partir de uma junção com a AGU e o Ministério Público Federal, porque existe hoje uma posição da Advocacia-Geral da União sobre uma certa limitação em mata atlântica para aplicação da Reurb. [*Transcrição: Reinaldo T. Ouriques / Leitura: Janis Joplin Zerwes Lea*]

Nós, como ICMBio, somos órgãos executores e não podemos ir contra um posicionamento da AGU, mas é preciso fazer o que foi feito semana passada, Prefeito. O Prefeito, a Deputada, a equipe técnica do ICMBio e o Ministério Público Federal estavam juntos semana passada. Nós precisamos criar possibilidades a partir, inclusive, de uma demanda da própria AGU, porque, senão estaríamos infringindo a nossa condição de órgão executor. Entretanto, tem que partir da AGU, como partiu, junto com a articulação de outras instituições, a necessidade de pensarmos em alternativas para que haja uma adequação desse parecer. Então, é fundamental esse caminho.

Parece-me que, de novo, estamos com interesses parecidos...

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito obrigado.

Dando sequência, gostaria de dizer que nós estamos aqui hoje – a Assembleia Legislativa que promove este encontro – para termos os depoimentos dos nossos moradores, do cidadão do sul do Estado, como ferramentas para convencermos e conscientizarmos que nós precisamos de ajuda, e que nós precisamos da conscientização daqueles que fazem a legislação federal [para] que mudem essa história. Mudaram lá atrás, fazendo, no meu ponto de vista, uma grande injustiça, [então], que mudem para os patamares iniciais, porque temos como respeitar, sim, o nosso meio ambiente, com toda a legislação já vigente, e não precisamos de APA. (*Palmas.*)

Nós estamos aqui hoje de uma forma muito respeitosa, com respeito total a todas as lideranças e autoridades. Eu fico muito feliz pela forma pacífica que debatemos este assunto aqui nesta noite. O ICMBio, que representa o órgão federal, que tanto é taxado como o grande vilão dessa história, como bem falaram aqui, não podemos [taxá-los], porque tem uma legislação que nos regra.

Então, que possamos trabalhar fortemente (*falha na gravação*) comida, muita bebida. E aqui nós não temos churrasco, não temos comida, não temos jantar, não temos bebida. E por que temos este salão cheio hoje? Porque temos um povo sofrendo, e o povo quando sofre sai de casa para procurar remédio, procurar solução, procurar uma receita que possa mudar a sua vida para melhor. E eu me sensibilizo com isso e quero acreditar que cada Deputado, cada liderança, cada membro, cada representante do governo, o próprio ICMBio também esteja sentindo isso.

O Deputado Marquito tem dito: Deputado Volnei, não fale isso. Mas o meu coração pede para falar. O Deputado não fala isso porque é contra, ele fala isso porque, de repente, podem entender que nós estamos aqui nos ofendendo. Nós não estamos ofendendo o órgão federal, o colega Deputado, nem liderança alguma. Eu digo que se lá fora tem a Faixa de Gaza, onde estão matando as pessoas com bombas e tem um grande sofrimento, aqui também tem um grande sofrimento. A nossa “Faixa de Gaza” está aqui no nosso litoral, onde as pessoas não têm sossego (*palmas*), onde as pessoas estão morrendo com depressão de forma silenciosa.

Então, que possamos nos unir com um único propósito, sensibilizar as autoridades, sensibilizar o governo federal, o próprio ICMBio, que tem que ser uma ferramenta, [com] lideranças para que nos ajudem a encontrar o ponto de equilíbrio, porque tenho dito que não precisa de APA para protegermos o nosso meio ambiente.



Falaram aqui que existem as áreas de APPs, que são as Áreas de Preservação Permanente. Quando eu pergunto para alguns: o que é uma APA? Muitos não sabem responder. APA é Área de Preservação Ambiental, neste caso para proteger a Baleia Franca, esse é o nome que foi dado. Muitos pensam que APA é a barbatana da baleia.

Então não é problema, que bom que veio essa proteção que ajuda os nossos pescadores, porque não tem a pesca de arrastão. Temos que proteger a baleia para vir aqui fazer o seu berço, para ganhar o seu filhote e amamentar. Que não tenham embarcações grandiosas, com alta velocidade, que não tenha *jet ski*, que nós não espantemos elas daqui e que elas possam continuar tendo aqui o seu ponto de espetáculo, isso fortalece o nosso turismo. E elas continuam sempre vindo em áreas [fortemente] urbanizadas há muito tempo. Mas, o que nós não podemos permitir, quando se diz aqui – e eu tenho que contrariar a fala do nosso colega do ICMBio, e eu entendo que ele não fez isso de uma forma desrespeitosa – que a Reurb resolve. Não, somente a Reurb não resolve, se nós não mudarmos a linha da faixa da APA, porque nós temos loteamentos consolidados. Isso é um empreendimento autorizado antes de 2020, antes de 2018, antes de 2000.

Não se consegue mais instalar uma propriedade, mas o lote está ali. Se tem lote é porque tem um projeto, se tem um projeto é porque foi autorizado, se foi autorizado é porque tem licença ambiental. E se é lote, é para ser edificado, e muitos aqui têm lotes com condições de edificar, mas não conseguem, porque na Prefeitura, Prefeito, não consegue autorização para edificar. Por quê? Porque está dentro da APA. Essa é uma grande injustiça instalada pela lei, e pela lei devemos trazer justiça de volta.

Contem comigo e acredito que com todos os membros aqui para fazermos com que isso mude.

Eu vou fazer algumas perguntas e quero que vocês respondam. O formato atual da APA da Baleia Franca prejudica o desenvolvimento das cidades da nossa região? Sim ou não?

*(A plenária, de maneira uníssona, responde: “Sim!”)*

O Plano de Manejo da APA da Baleia Franca deve ser revisado?

*(A plenária, de maneira uníssona, responde: “Sim!”)*

Além do meio ambiente, a APA da Baleia Franca deve respeitar as comunidades e também as histórias dos moradores e empreendedores da nossa região?

*(A plenária, de maneira uníssona, responde: “Sim!”)*

Então convido todos para, em coro, repetir: revisão, já!

*(A plenária, de maneira uníssona, fala: “Revisão, já! Revisão, já! Revisão, já!”)*

Esse é o clamor da sociedade. E como bem falei, não tem carne, não tem cerveja, não tem nada. Se eles estão aqui, o que tem é sofrimento e ansiedade, o que tem aqui é insegurança e desconforto (*palmas*), e tem muitas pessoas que já foram porque são debilitadas, alguns deles na deficiência já da sua saúde, mas que gostariam de estar aqui até agora, e muitos estão nos ouvindo e não conseguiram acompanhar esta reunião porque estão impossibilitados.

Vale lembrar que na nossa região são mais de cinquenta mil famílias que estão nesse sofrimento, e destas, milhares estão na iminência do corte de energia, da demolição e de não poderem construir suas casas em terreno legalizado. E lá atrás não tinha a fiscalização, o rigor e o controle, não tinha regulamentação e as pessoas construíam sua história e as suas casas, e agora estão aí nesse sofrimento.

Peço desculpas, mas este é o meu sentimento, é o meu desabafo como representante do povo catarinense. (*Palmas.*)

Confeccionaremos uma ata com as manifestações colhidas aqui na noite de hoje, que será entregue aos órgãos federais envolvidos. Marcaremos uma viagem a Brasília com os membros da Comissão Mista, os integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense e, desde já, estendemos este convite a todos que puderem nos acompanhar. O nosso objetivo é realizar uma reunião com o Ministério do Meio Ambiente e com o ICMBio, na qual apelaremos para que ouçam o clamor uníssono da



nossa gente, que pede com urgência a revisão e as alterações necessárias no Plano de Manejo da APA da Baleia Franca. Revisar a APA não é abrir mão da proteção ambiental, é fazer justiça social.

É reconhecer que preservar o meio ambiente também passa por garantir condições dignas de moradia, infraestrutura e desenvolvimento econômico para as comunidades que vivem ali há gerações, e com diálogo, com atualização técnica e com sensibilidade social é plenamente possível redefinir os limites da APA de forma mais justa, equilibrada e eficaz.

Como tenho dito, o desenvolvimento sustentável só é verdadeiro quando inclui as pessoas. E nenhuma política ambiental será legítima se continuar ignorando a história de luta de quem construiu sua vida com honestidade, coragem e trabalho.

Quero aqui deixar o meu agradecimento a todos os envolvidos neste evento, à comunidade que cedeu o espaço e pela participação de todos vocês. Agradeço a equipe de apoio da Assembleia Legislativa, que nos bastidores sempre prepara tudo com muito zelo e nos deu a condição de realizarmos esta importante audiência pública, a minha assessoria e a todas as autoridades que nos confiam missões importantes como esta.

O Deputado Marquito, como membro da nossa Comissão Mista, quer fazer uma proposta.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARQUITO** – Só quero reforçar a proposta de realizarmos outras audiências em outras comunidades. Foi solicitado aqui por meio da comunidade de Ibiraquera, e acredito também que em Laguna os moradores tenham esse mesmo desejo. Eu queria pedir o encaminhamento para que realizemos outras audiências destas, acatando o pedido da comunidade de Ibiraquera e de Laguna, que foi colocado também. Queria fazer essa solicitação oficialmente como encaminhamento da nossa audiência. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Volnei Weber)** – Muito bem, Deputado Marquito, então na semana que vem vamos convocar uma reunião ordinária para tratar desse assunto e deliberar a possibilidade dessas audiências públicas.

Mais uma vez deixo os meus agradecimentos a todos e quero dizer da importância da união da nossa gente, pois só assim somos mais fortes. E tenho certeza que esse documento encaminhado aos órgãos competentes irá contribuir, e muito, para nós encontrarmos os resultados positivos.

Que Deus nos abençoe e que voltemos para casa com muita segurança e muita alegria. Um grande abraço e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Júlia Amaral Da Rosa / Leitura: Rafael José de Souza / Leitura Final: Ilka Maria Fretta*]

**DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER**  
**PRESIDENTE**